



PJe

Vinte e nove comarcas de entrância especial já contempladas

Juiz leigo

Celeridade: 76 juizes leigos já atuam nos Juizados Especiais

Sustentabilidade

Plano de Logística Sustentável (PLS): a natureza agradece

Entrevista

Presidente
Pedro Bitencourt:
"magistrado precisa ser gestor"

Gestão | 2014/2016 | TJMG

Pág. 6



**PLANEJAR FAZ TODA
A DIFERENÇA. DIA D
COMPARTILHA
PLANEJAMENTO
COM MAGISTRADOS
E SERVIDORES**

Passos para o Futuro

Justiça cidadã

Judiciário de Minas: presente em todo o estado

296 comarcas instaladas

848 unidades judiciárias (varas judiciais
e unidades jurisdicionais)

Equipe

912 juízes de direito

130 desembargadores

15.198 servidores

6.329 terceirizados

5.030 estagiários

Dados de maio de 2016



Acervo Belotur



Banco de Imagens



Marcos Xavier



Soraila Costa



Marcelo Albert



Fernando Helbert

Missão

Garantir, no âmbito de sua competência, a prestação jurisdicional com qualidade, eficiência e presteza, de forma a atender aos anseios da sociedade e constituir-se em instrumento efetivo de justiça, equidade e de promoção da paz social.

Visão

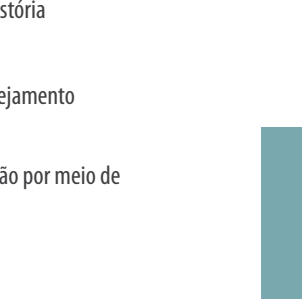
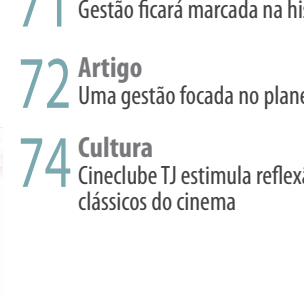
Ser reconhecido junto à coletividade pela excelência de sua atuação.

Valores

- . Acessibilidade
- . Imparcialidade
- . Isenção
- . Cooperação
- . Cordialidade
- . Valorização das pessoas
- . Modernização
- . Descentralização
- . Cultura da paz
- . Responsabilidade socioambiental
- . Transparência
- . Ética

Sumário

- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 05** **Apresentação**
- 06** **Entrevista**
Presidente Pedro Bitencourt Marcondes
- 12** **Planejamento**
Gestão judiciária: planejar para alcançar resultados
- 17** **Processo Judicial eletrônico**
TJMG investe no PJe
- 21** **Sustentabilidade**
Fazer conta: velho e bom hábito
- 24** **Execução Fiscal**
Ganho para todos: projeto reduz acervo de execuções fiscais
- 26** **Gestão**
TJ dissemina conhecimentos sobre estratégias de gestão
- 28** **Primeira Instância**
Iniciativas aumentam produtividade nas comarcas
- 30** **Juizados Especiais**
Juizes leigos revitalizam a Justiça
- 32** **Gestão documental**
Mais de 1 milhão de processos findos são eliminados
- 34** **Assistência Judiciária**
Banco de peritos amplia acesso à Justiça
- 35** **Infraestrutura**
Edifícios são construídos com o olhar no futuro
- 38** **Precatórios**
Cálculos e publicação de despachos e decisões são automatizados
- 40** **Tecnologia**
Gravação abrevia tempo de audiências
- 41** **Infância e juventude**
Com o olhar na infância e na juventude
- 45** **Direitos da mulher**
Violência contra a mulher em discussão nas escolas
- 48** **Memória**
Livro conta história das comarcas de Minas
- 50** **Responsabilidade social**
Rua do Respeito promove a cidadania de pessoas em situação de rua
- 53** **Magistratura**
Promoções e remoções: sistema facilita processamento
- 54** **Inovação**
Teletrabalho: mudança de cultura
- 56** **Recursos Humanos**
Plano de carreiras: fator de motivação
- 57** **Aprimoramentos**
Sempre é tempo para melhorias : Trabalho Solidário Remoto e Intimafone
- 58** **Conciliação**
Centros de conciliação se espalham pelas comarcas de Minas
- 60** **Execução penal**
Novos Rumos: esforços para humanizar o cumprimento da pena
- 62** **Cidadania**
Serviço aprimorado e demandas em alta
- 65** **Artigo**
Por uma metáfora de ressignificação
- 66** **Comunicação**
Diálogo com públicos interno e externo é reforçado
- 69** **Depoimento**
Celeiro de criação: resultados da gestão participativa
- 70** **Depoimento**
Criatividade, responsabilidade e compromisso com o interesse público
- 71** **Depoimento**
Gestão ficará marcada na história
- 72** **Artigo**
Uma gestão focada no planejamento
- 74** **Cultura**
Cineclube TJ estimula reflexão por meio de clássicos do cinema



Prestação de contas: instrumento de gestão

Compartilhar resultados, reconhecer esforços e fortalecer a adesão institucional: essa é a tônica da publicação da revista *Passos para o Futuro*. Em vez de elaborar um balanço incluindo ações de rotina das diversas áreas do Tribunal de Justiça, optou-se por apontar as iniciativas que marcaram o biênio 2014/2016, sob a liderança do presidente Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, para que magistrados e servidores possam, conhecendo melhor tais iniciativas, divulgá-las no atendimento ao jurisdicionado.

Em sua essência, esta gestão foi sustentada por três pilares: planejamento, participação e modernização. Antes mesmo do seu mandato, o presidente Pedro Bitencourt já estava empenhado na elaboração do Planejamento Estratégico, instrumento fundamental de gestão, destinado a desdobrar os macrodesafios e estipular as metas, com a indicação das iniciativas necessárias ao alcance dos objetivos propostos.

Avanços podem ser percebidos. O processo eletrônico chegou a 29 comarcas de entrância especial, que reúnem cerca de 40% da distribuição de feitos no estado. Já atuam no estado 76 juízes leigos, para agilizar as ações dos Juizados Especiais. O projeto Execução Fiscal Eficiente já reduziu o acervo e a entrada de ações – em 2015, estima-se que cerca de

75 mil execuções estaduais deixaram de ser ajuizadas. O teletrabalho já é projeto-piloto, a garantir maior sustentabilidade e qualidade de vida. Isso só para citar alguns exemplos.

Esta publicação é também um instrumento de gestão. Primeiro, porque demonstra os frutos do trabalho de equipe, fazendo com que magistrados, servidores e parceiros se reconheçam nos esforços empreendidos visando à melhoria da prestação jurisdicional. Esse retorno é fundamental para manter a motivação e o bom clima institucional. E ainda porque demonstra o “como” e o “porquê” das ações desenvolvidas, de forma a subsidiar as contínuas e necessárias melhorias para o Judiciário e para a sociedade.

Estão reunidos, nesta revista, entrevista, artigo, depoimentos, matérias sobre temas diversos, com dados estatísticos e informações sobre a Justiça de Minas destes dois últimos anos. O formato escolhido visa atrair o leitor e, assim, fazer com que a publicação cumpra sua finalidade.

Como se sabe, compete ao gestor público, ao final do mandato, apresentar aos públicos interno e externo da instituição as ações desenvolvidas e seus resultados. Essa prestação de contas é, acima de tudo, um compromisso ético, amparado pelos princípios da transparência e da publicidade.

“Juiz precisa julgar, mas precisa também ser gestor”

“COM O INGRESSO NA MAGISTRATURA, O JUIZ SE DEPARA COM A SECRETARIA DE JUÍZO, EQUIPE DE SERVIDORES E PROCESSOS DE TRABALHO, PERCEBENDO QUE NÃO BASTA PROLATAR SENTENÇAS. HÁ UM CAMINHO A SER PERCORRIDO ATÉ QUE A DECISÃO SE TORNE EFETIVA. É PERCEPTÍVEL QUE O JUIZ NÃO PODE LIMITAR-SE A JULGAR, MAS DEVE TAMBÉM SER GESTOR E LÍDER TRANSFORMACIONAL DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS ONDE ATUA, A BEM DO JURISDICIONADO, QUE É O DESTINATÁRIO DESSES ESFORÇOS GERENCIAIS.”

Acontece de alguém soprar uma ideia e ela vingar. No caso do presidente do TJMG, o avô materno exerceu esse papel. O general Pedro Bitencourt, de quem o presidente herdou o nome, percebeu logo a habilidade do neto para se expressar. Além disso, ele era articulado e gostava muito de ler. A sugestão de cursar direito foi muito bem-vinda.

O desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, com o nome mais extenso que o do avô, seguiu o conselho: “Nunca me arrependi e me considero realizado profissionalmente. Gosto do que faço”.

As lições recebidas em casa foram “disciplina” – até certo “rigor” com a discipli-

na –, “firmeza”, “dedicação”, “ter palavra” e “ser família”.

Gestão também é outro foco de interesse do presidente. Com mestrado em direito administrativo na UFMG, fez vários outros cursos nessa área.

Como poderia sintetizar sua experiência como magistrado?

Ser juiz, ao mesmo tempo em que é um ônus e traz muita responsabilidade, é também gratificante. Você pode fazer justiça dentro do que o direito diz que é. Justiça ideal, essa é intangível, porque o juiz, embora busque aprimorar sua percepção pessoal do que é justo, terá uma

“Justiça ideal, essa é intangível, porque o juiz, embora busque aprimorar sua percepção pessoal do que é justo, terá uma visão em permanente formação, não obstante a intenção sempre presente de acertar”



visão em permanente formação, não obstante a intenção sempre presente de acertar. Por isso é que existem a Constituição e as leis, que servem de parâmetro para o juiz, são um norte e também um limite.

Como é a sua percepção quanto à elegibilidade dos desembargadores mais novos como o senhor para os órgãos diretivos?

O modelo instaurado em 2014 é fruto da vontade dos próprios desembargadores de que os órgãos diretivos ostentassem conhecimentos e qualificação gerencial. Houve ali uma saudável evolução político-institucional em relação ao modelo anterior, que consistia na escolha pelo critério exclusivo da antiguidade. O crité-

rio anterior nem sempre oferecia à instituição magistrados detentores desses novos saberes, que hoje o Tribunal entende como imprescindíveis para a gestão do Poder Judiciário.

Quais são os principais avanços desses últimos dois anos?

A partir do desenvolvimento gerencial ocorrido no âmbito não só da Presidência, mas nas Vice-Presidências, na Corregedoria-Geral de Justiça, enfim, no Poder Judiciário como um todo, houve vários avanços. No primeiro grau, principalmente, houve melhorias das condições de trabalho para os juízes, por exemplo, com implantação do Programa de Apoio

Emergencial às Comarcas (PAE), aumento do número de estagiários e criação de vagas para estagiários de pós-graduação, especialização de varas, projeto Execução Fiscal Eficiente, expansão do Processo Judicial eletrônico (PJe), criação do banco de peritos para os processos da justiça gratuita, gravação de audiências, instituição do juiz leigo e da turma recursal exclusiva – nestes dois casos, para agilizar os Juizados Especiais. Na área administrativa, a adoção do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (Siad) foi um diferencial. Além disso, a alteração de fluxos de trabalho e a padronização. Há várias outras iniciativas em desenvolvimento.



Que características podem tornar mais eficaz a gestão do TJMG?

Peter Drucker, pai da administração moderna, ensina que “o gestor eficaz concentra seu foco na contribuição. Ele para de olhar para o seu próprio trabalho e olha para fora, para as metas. Ele se pergunta: que tipo de contribuição posso oferecer que afetará significativamente o desem-

penho e os resultados da empresa para a qual eu trabalho? Sua ênfase é colocada na responsabilidade”. Assim, a gestão do TJMG será cada vez mais eficaz à medida que os gestores olharem para fora. No nosso caso é preciso que os gestores sejam sempre conscientes de que a sociedade espera um trabalho de qualidade na prestação jurisdicional. Outra característica importante para melhorar a gestão pública é a capacidade de formar equipes e de trabalhar em equipe”

penho e os resultados da empresa para a qual eu trabalho? Sua ênfase é colocada na responsabilidade”. Assim, a gestão do TJMG será cada vez mais eficaz à medida que os gestores olharem para fora. No nosso caso é preciso que os gestores sejam sempre conscientes de que a sociedade espera um trabalho de qualidade na prestação jurisdicional. Outra característica importante para melhorar a gestão

pública é a capacidade de formar equipes e de trabalhar em equipe.

Isso aconteceu nesta gestão?

Houve valiosa contribuição da gestão anterior, que inaugurou a designação de juízes assessores, embora ainda de forma embrionária. Procuramos aprofundar esse processo, designando os juízes assessores para coordenar as diretorias. Além disso, foi designado o desembargador superintendente adjunto, que exerceu função semelhante à de diretor-geral do Tribunal de Justiça. Houve, portanto, a formação de uma equipe de alto padrão gerencial, com atribuições bem dimensionadas, o que contribuiu enormemente para a melhoria organizacional e para iniciativas inovadoras.

Como é o passo a passo da gestão?

Não é algo simples, numa estrutura gigantesca como a do TJMG. Após estudos técnicos bem elaborados, o planejamento é feito, as metas são estabelecidas, e as ações para o alcance dessas metas também. Nesse caso, os gestores públicos são, segundo a Resolução 198/2014 do CNJ, responsáveis pela “execução estratégica”, são os executivos públicos que, com suas equipes, vão dar cumprimento efetivo ao que se planejou. Esse é o papel moderno do gestor, dar consequência

ao planejamento estratégico que, se bem cumprido, melhora a entrega dos serviços judiciários ao cidadão.

“Esse é o papel moderno do gestor, dar consequência ao planejamento estratégico que, se bem cumprido, melhora a entrega dos serviços judiciários ao cidadão”

Planejamento tem sido uma das palavras muito difundidas nesta gestão – de que maneira planejar foi importante?

O planejamento fez a diferença porque estabelece metas a curto, médio e longo prazo. Claro que correção de rumos, alterações são naturais em qualquer planejamento estratégico, porque as coisas mudam com o tempo e é preciso fazer adaptações. Mas ele serve para indicar o caminho. Por outro lado, ele também é fundamental para que não haja solução de continuidade, ou seja, para que não haja interrupção, para que não se alterem abruptamente os rumos, hoje muito bem mapeados pelo Conselho Nacional de Justiça para o Poder Judiciário Nacional. É esse planejamento que aponta onde o Poder Judiciário deve chegar para atendimento da sua finalidade constitucional e para atendimento ao jurisdicionado.



Como o Processo Judicial eletrônico vai impactar os processos de trabalho na administração pública brasileira?

O Processo Judicial eletrônico não se resume a uma melhoria meramente incremental. Ele, na verdade, traduz uma mudança profunda na cultura organizacional, rompendo com os parâmetros da burocracia sem resultado e propiciando uma melhora na celeridade processual.

Como isso vai impactar a vida de magistrados e servidores?

Como toda inovação, houve resistências, adaptações e superação. Na iniciativa privada, por exemplo, nos bancos, a implantação dos sistemas digitais trouxe enorme redução de mão de obra e de custos, sem que houvesse por parte das instituições bancárias o incremento de melhorias remuneratórias aos servidores que permaneceram empregados. No caso do Poder Judiciário, a digitalização dos processos não gerará desemprego. Ao contrário. Com a diminuição dos atos burocráticos antes atribuídos aos servidores das secretarias judiciárias, haverá seu reaproveitamento com decréscimo paulatino da folha de pagamento e possibilidade de que, no futuro, a readequação orçamentária possa permitir a evolução remuneratória dos servidores, hoje obstada pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Os magistrados

e servidores estarão, como já aconteceu em outros tribunais, cada vez mais pensantes e participativos, na construção de soluções gerenciais que trazem maior alegria no trabalho e no serviço ao jurisdicionado. É a era do conhecimento.

“Os magistrados e servidores estarão, como já aconteceu em outros tribunais, cada vez mais pensantes e participativos, na construção de soluções gerenciais que trazem maior alegria no trabalho e no serviço ao jurisdicionado. É a era do conhecimento”

Como está posicionado o TJMG em relação ao relatório Justiça em Números do CNJ?

Felizmente já houve avanços. A taxa de congestionamento processual era de 89%; hoje, está em 81,5%. A tendência é melhorar diante das iniciativas adotadas pelo TJMG, como a desjudicialização das execuções fiscais e a disseminação da cultura da baixa de processos. No próximo relatório, espera-se que os resultados sejam ainda melhores.

Nos relatórios, existem casos de juízes que trabalham muito, com produtividade alta – outros trabalham menos. No final, a média é puxada para baixo...

Temos que mudar conceitos. Primar pelo melhor aproveitamento da mão de obra e das potencialidades, pelo trabalho à distância ou teletrabalho, sem perda de qualidade de vida para o juiz e para o servidor. Além disso, é preciso adotar ações típicas, como a citada baixa de processos. O magistrado moderno precisa gerenciar suas unidades judiciárias, e esse processo transformacional já começou. Muitos juízes estão estudando gestão judiciária e se conscientizando de que devem liderar a melhoria da entrega jurisdicional, pela função a eles atribuída em lei em relação a suas equipes.

Em um País e um estado em crise, como está a situação financeira e orçamentária do Judiciário de Minas?

A previsão é de queda na arrecadação, porque a crise leva à estagnação dos negócios. Portanto, a atividade notarial e de registro diminui, o que reflete, diretamente, na nossa taxa de fiscalização. Repercute também nas taxas judiciárias, pois a crise aumenta o número de pedidos de justiça gratuita. Tudo isso acrescido ao fato de que o novo Código de Processo Civil acabou por entrar em seara tributá-

“ A razão de ser do Judiciário é prestar a jurisdição, a pacificação social, resolver conflitos. De certa forma, a preocupação foi otimizar essa prestação para satisfação do usuário”



Renata Caldeira

ria, de constitucionalidade questionável. Houve queda. O orçamento do ano passado em comparação com o deste ano foi menor, fruto da crise. Ou seja, houve a diminuição da receita corrente líquida. E o cenário que se apresenta não é bom. O PIB encolheu em torno de 5% no ano passado.

A instituição do Fundo Estadual do Poder Judiciário amenizou os problemas orçamentários e financeiros do TJMG?

Em 2014 houve tratativas com o Poder Executivo para que a taxa de fiscalização judiciária, relativa às atividades notariais e de registro, fosse arrecadada diretamente pelo Tribunal sem necessidade de repasse ao Executivo. Antes o Executivo arrecadava e repassava para o Judiciário – às vezes, com atraso. Essa evolução permitiu que o Judiciário pudesse planejar melhor e utilizar o fundo para custeio e investimento. Mas ainda assim a situação é preocupante, porque há queda de arrecadação, o que obriga a contenção de despesas correntes e de investimentos.

Pensando no cidadão, como pode ser visto o presente e o futuro do desenvolvimento do Poder Judiciário de Minas?

A razão de ser do Judiciário é prestar a jurisdição, a pacificação social, resolver conflitos. De certa forma, a preocupação foi otimizar essa prestação para a satisfação do usuário. O presente é de reestruturação, de promoção do alinhamento estratégico, de inovação e gestão do conhecimento, de implementação de ferramentas tecnológicas, de maturação de magistrados e servidores, de muito, muito trabalho, mesmo. O futuro será de maior satisfação do jurisdicionado e da sociedade, será um futuro de melhorias contínuas e de afirmação da democracia, do Estado Democrático de Direito, do Poder Judiciário como guardião forte dos valores constitucionais e humanitários.

Será a Era dos Direitos, como afirmava o saudoso jurisfilósofo Norberto Bobbio.

“O futuro será de maior satisfação do jurisdicionado e da sociedade, será um futuro de melhorias contínuas e de afirmação da democracia, do Estado Democrático de Direito, do Poder Judiciário como guardião forte dos valores constitucionais e humanitários”

Como presidente recém-eleito para o Conselho dos Tribunais, como pretende atuar em relação à Justiça Estadual? Quais serão as principais frentes de atuação do conselho?

O Conselho dos Tribunais de Justiça tem o papel de discutir os problemas, apresentar soluções, servir de interlocutor junto ao CNJ, ao Congresso Nacional, principalmente com relação a projetos de lei que impactam o Judiciário Estadual. Há ali uma grande riqueza de experiências locais, através das quais a Justiça Estadual pode contribuir, enormemente, para a solução dos problemas que afligem o Poder Judiciário nacional.

Que sementes foram plantadas para as próximas administrações?

Seguir o planejamento, fortalecer a cultura da gestão, não só do Tribunal como um todo, mas a gestão de cada unidade judiciária. Enfim, buscar desenvolver uma administração voltada para a eficiência e para a participação nesse processo transformacional do TJMG que é obra sempre inacabada, em contínua construção, para que o futuro possa espelhar o cumprimento da missão, da visão e dos valores do Poder Judiciário.

TJMG supera metas institucionais



METAS INSTITUCIONAIS CUMPRIDAS

Implantar o Processo Judicial eletrônico (PJe) em 22 comarcas



Ofertar o curso de gestão cartorária aos magistrados



Mapear 100% das competências profissionais dos servidores da Primeira Instância



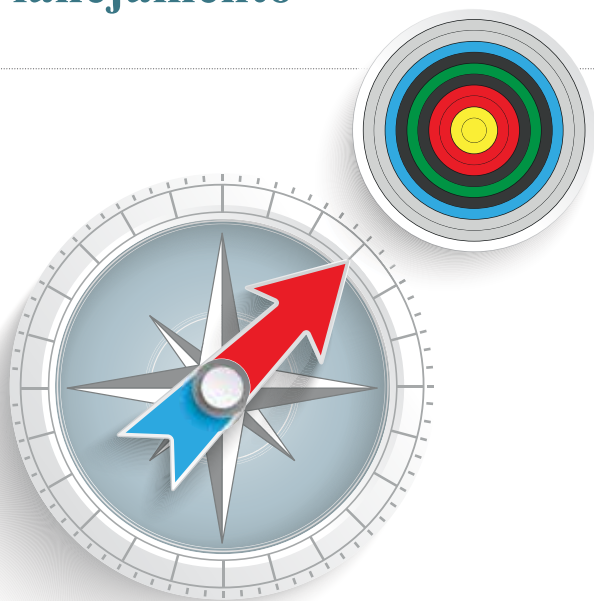
Garantir que 50% dos magistrados e servidores tenham conhecimento das estratégias do Judiciário para até 2020



Eliminar 1 milhão de processos



PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO
2015



Gestão judiciária: planejar para alcançar resultados

► Entre as metas do CNJ, o TJMG conseguiu 100% de cumprimento da meta 7 – em outras (metas 1 e 2), o resultado ficou próximo dos 100%

Muitas pessoas esperam por um milagre. E eles até podem acontecer... mas, em regra, o que funciona é o trabalho, o esforço e a persistência, aliados a um plano eficiente. “Boa sorte é o que acontece quando a oportunidade encontra o planejamento”, dizia Thomas Edison, cientista americano responsável por grandes invenções, entre elas, a lâmpada elétrica.

Que resultado pretende-se alcançar? Por que motivos? Em quanto tempo? Quais os investimentos necessários? Que

dificuldades precisam ser superadas? O que é preciso fazer a curto, a médio e a longo prazos para atingir as metas traçadas?

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, alinhado com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tem se empenhado em planejar e, assim, alcançar resultados. E resultado para o Judiciário significa prestação jurisdicional célere e eficaz. Em outras palavras, demandas solucionadas, produtividade alta e acervo reduzido.

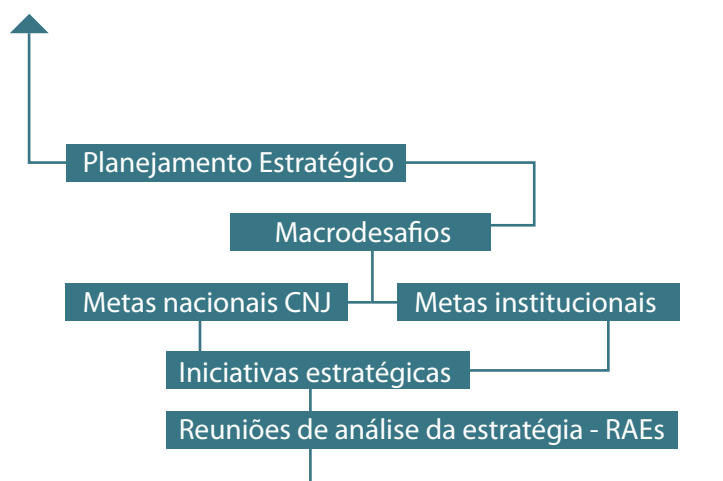
Macrodesafios

O planejamento traz os macrodesafios, com as metas a ser alcançadas e a previsão das iniciativas para cumpri-las. A partir disso, pode-se mensurar os resultados, detectar gargalos e buscar a superação.

Metas nacionais

No que diz respeito às metas nacionais do CNJ, o TJMG teve alguns resultados positivos em 2015 – é importante lembrar que os dados são fechados anualmente.

A meta 7 (priorizar os processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos) foi integralmente cumprida. Os índices foram de 97,07% para a meta 1





OBJETIVO DAS METAS NACIONAIS PLURIANUAIS	PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO 2013	PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO 2014	PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO 2015
Meta 1 - Refere-se ao julgamento de quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	85,04	95,67	97,07
Meta 2 - Refere-se ao julgamento do acervo	106,83	97,70	95,84
Meta 4 - Refere-se ao julgamento das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública	42,39	40,87	76,64

(julgar quantidade maior de processos do que os distribuídos no ano) e de 95,84% para a meta 2 (julgar, até o final de 2015, 80% dos processos distribuídos até 2011 no primeiro grau e distribuídos até 2012 no segundo grau; e 100% dos distribuídos até 2012 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais).

Nesta gestão, passaram a ser contabilizados os números de feitos necessários para o cumprimento da meta. “Algumas vezes, com um pouco mais de empenho, conseguiríamos atingir o alvo – agora temos um retrato da situação de forma a demonstrar que é mais viável bater metas do que se imagina”, destaca o presidente do TJMG, Pedro Bitencourt Marcondes.

Por exemplo: 2.812 era o número de feitos necessários para o TJMG cumprir a meta 4 (julgar até o final de 2015 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais envolvendo crimes contra a administração pública).

Metas nacionais

As metas do CNJ são apuradas anualmente. As metas 1, 2 e 4, a cada ano, ficam mais exigentes. Assim, “é preciso pensar em gestão o tempo inteiro, para alcançar os resultados esperados para o Judiciário”, lembra o presidente.

Metas institucionais

Quanto às metas institucionais, definidas pelo próprio TJMG, várias foram superadas em 2015: aumentar em 10% o

número de acordos nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (233%); reduzir em 10% o consumo de água (147,3%); capacitar 65% dos servidores da Segunda Instância nas competências gerenciais (108,97%); reduzir para 86% a taxa de congestionamento das execuções cíveis (107,64% na Justiça comum e 134,58% nos Juizados Especiais) e a taxa de congestionamento das ações de execução fiscal municipal (105,7%).

Pela primeira vez, foram apuradas as metas institucionais do TJMG

Algumas metas foram integralmente cumpridas: implantar o Processo Judicial eletrônico (PJe) em 22 comarcas; ofertar o curso de gestão cartorária aos magistrados; mapear 100% das competências profissionais dos servidores da Primeira Instância; garantir que 50% dos magistrados e servidores tenham conhecimento das estratégias do Judiciário para até 2020; eliminar 1 milhão de processos.

Iniciativas estratégicas

O que fazer para bater metas? É nessa hora que a criatividade conta, assim como o esforço concentrado e a motivação para perseguir resultados. As próprias equipes do Judiciário de Minas têm encontrado soluções; nessa hora, conta também muito a experiência de outros tribunais. Boas práticas precisam sempre ser difundidas.

Cada macrodesafio conta com metas e ações específicas. Em seguida, serão apresentados alguns exemplos.

. Celeridade e produtividade

Para fazer frente ao macrodesafio de obter celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, iniciativas estratégicas foram implementadas.

Projetos de Apoio à Celeridade: foram criados para identificar e sanar as dificuldades das comarcas que estejam com acúmulo de processos; no caso das comarcas de vara única, com acervo acima do teto de 10 mil processos.

Projeto Gravação de Audiência: a ideia é otimizar as audiências de instrução, interrogatório, oitiva de testemunhas e julgamentos do primeiro grau, o que refletirá na celeridade dos processos.

Projeto Estoque Zero: adoção e padronização de boas práticas de gestão dos gabinetes da Segunda Instância.

Processo Judicial eletrônico (PJe): em 2015, o PJe abrangeu 22,81% do total dos feitos de competência cível distribuídos.

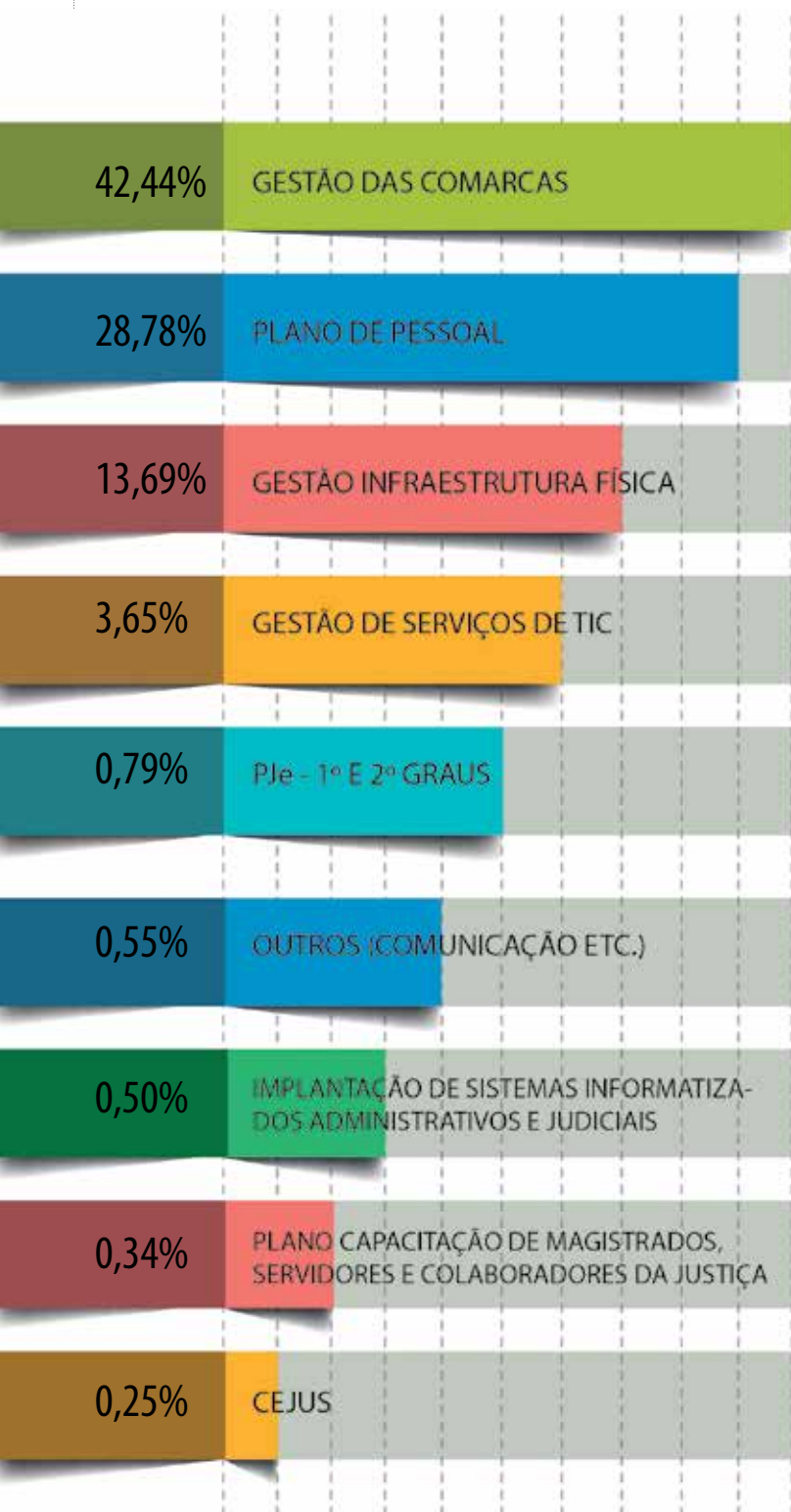
. Execuções fiscais e cíveis

O projeto Execução Fiscal Eficiente visa reduzir o acervo e também a distribuição de processos de execução fiscal. A ideia é buscar alternativas de cobrança menos onerosas quando o valor da causa for inferior aos custos da ação judicial.

Reuniões de análise da estratégia

Conhecidos os macrodesafios, instituídas as metas com as respectivas ações para o seu cumprimento, o que acontece se os resultados não forem os almejados? Isso é assunto para as reuniões de análise da estratégia, também conhecidas como RAEs. É o momento de analisar o percentual de cumprimento das metas e deliberar sobre as medidas corretivas. Nessas reuniões é que também são estipuladas as metas institucionais.

“As empresas são construídas com base na confiança, que, por sua vez, é construída com base na comunicação mútua”
Peter Drucker



Fundo do Judiciário: no geral, mais de 90% do orçamento executado em 2015.

Planejamento X orçamento

O destaque desta gestão foi o critério para atrelar o planejamento ao orçamento, frisa o desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior, superintendente adjunto da área administrativa.

São duas as unidades orçamentárias (UO) do TJMG. A UO 1.031 abrange os recursos para a cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais, além de precatórios e sentenças judiciais.

A UO 4.031, ou Fundo Estadual do Poder Judiciário (FEPJ), destina-se à cobertura das demais despesas correntes e de capital, relacionadas ao custeio operacional e investimentos, necessários à prestação jurisdicional.

Avanço: vinculação do orçamento ao planejamento

Existe meta para a prestação jurisdicional – claro! – e para várias outras frentes da administração, entre elas, a execução orçamentária. Do ponto de vista da execução orçamentária dos recursos do FEPJ, houve um avanço em 2015. Na área de Obras, por exemplo, enquanto em 2014 a execução representou 69%, em 2015 essa execução alcançou 87%.

A vinculação do orçamento ao planejamento é um dos grandes destaques desta gestão. É feito um detalhamento da despesa, no qual são descritas as iniciativas do planejamento correspondentes. O foco é sempre a obtenção de resultados.

Gestão descentralizada

Pela primeira vez, o Judiciário de Minas tem um superintendente adjunto da área administrativa, conforme prevê o Regimento Interno. Liberado de funções jurisdicionais, o superintendente Corrêa Junior fala da importância desse cargo para que “o presidente possa se ocupar das grandes causas e exercer a função de Chefe de Poder”.

No dia a dia, existem várias questões a ser resolvidas que sobrecarregam o presidente. As atividades como superintendente adjunto permitem conhecer os gestores de todas as áreas e ter uma visão do conjunto, além de manter interlocução com órgãos externos, como OAB, Executivo Municipal e Executivo Estadual.

Carlos Miranda

Ideias defendidas pelo desembargador Corrêa Junior



Renata Caldeira

Gestão

“Todas as gestões deixam exemplo para as próximas. Ninguém começa do zero.”

Cobrança de resultados

“A cobrança por maior produtividade precisa ser impessoal e, portanto, deve ser regulamentada por atos normativos a partir do estudo da realidade.”

Mais produtividade

“Foi iniciada, nas varas cíveis de Belo Horizonte, análise para detectar as diferenças nos resultados. O objetivo é levar as boas práticas das unidades bem-sucedidas para as outras que ainda não atingiram bons rendimentos.”

Decisões compartilhadas

“O presidente explicita os rumos e divide as responsabilidades com o Tribunal Pleno e o Órgão Especial, para que todos assumam sua parcela de responsabilidade. Assim, a liderança do presidente tem o apoio dos órgãos internos da instituição.”

Processo eletrônico

“O processo eletrônico muda a mentalidade de trabalho compartimentado ou estanque. Desaparece a divisão entre gabinete e secretaria, surgindo uma só unidade jurisdicional. Isso vai permitir mais celeridade e eficiência, além de habilidades de gestão.”

Comunicação

“Como superintendente de Comunicação, destaco as iniciativas para aproximar a administração das equipes internas, entre elas, os encontros do presidente com magistrados e servidores, a criação do serviço de envio de SMS do TJMG para seu público interno e do canal ‘Fale com a Presidência’ por correio eletrônico.”

Clima Institucional

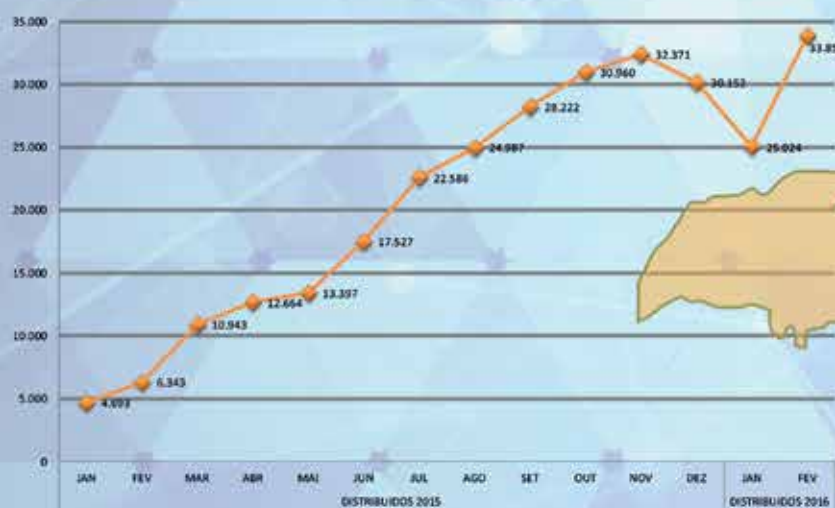
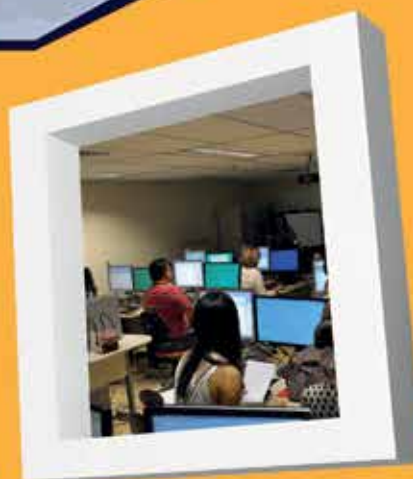
“É normal ocorrer tensão entre a administração e os segmentos da instituição em razão das demandas inerentes a cada categoria. No geral, magistrados e servidores precisam atuar cientes das cobranças, que não são do administrador mas da própria sociedade. Todos nós devemos nos curvar a essas cobranças e procurar prestar um serviço da melhor qualidade.”

Sonho

“A Justiça ser reconhecida como trincheira da cidadania, o que exige prestação jurisdicional rápida e eficaz. O caminho já vem sendo traçado nesse sentido desde a Constituição de 1988, depois vieram o Código de Defesa do Consumidor e a Lei dos Juizados Especiais – e isso é algo irreversível.”



PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO



“Sustentabilidade, porque você elimina o papel; comodidade, pois o advogado peticiona do seu próprio ambiente de trabalho; rapidez na tramitação; requalificação do servidor, pois ele passa a ser também instrumento para a prestação jurisdicional, o que é mais consoante com sua performance e seu intelecto. A prestação jurisdicional será otimizada para a população, porque ela será mais célere.”

**Presidente do TJMG,
desembargador Pedro Bitencourt**

TJMG investe no PJe e amplia sua implementação no estado

Crônica de uma morte anunciada. É como muitos reconhecem o desaparecimento dos autos físicos nos tribunais de todo o País, face ao surgimento e à propagação, cada vez maior, dos processos eletrônicos. A disseminação do Processo Judicial eletrônico (PJe) pelas comarcas mineiras foi um dos pontos cruciais da gestão liderada pelo presidente Pedro Bitencourt. É a concretização do sonho de uma Justiça sem papel, moderna, mais célere e sustentável.

Contemporâneos deste momento de transição, desembargadores, juízes e servidores do Tribunal mineiro têm tido o privilégio de ser, ao mesmo tempo, testemunhas e protagonistas da revolução trazida pelo PJe. Trata-se de uma mudança de paradigma, que tem exigido esforço de todos os operadores do direito – membros do Ministério Público, advogados e defensores públicos – e até mesmo dos cidadãos para se adaptarem às mudanças.

Superintendente de tecnologia da informação do TJMG e presidente do Comitê Gestor do PJe, o desembargador André Leite Praça destaca que a efetiva implantação do PJe pelo Tribunal mineiro foi uma das grandes realizações da atual gestão. “Havíamos fixado uma meta muito audaciosa e conseguimos atingi-la, fazendo o PJe chegar até as 29 comarcas de entrância especial, já em março deste ano”, comemora.

De acordo com o desembargador, as comarcas de entrância especial, juntas, representam cerca de 40% do volume de distribuição dos novos processos no estado. “Fazer o PJe chegar até elas mostra o tamanho do avanço empreendido: é o mesmo que dizer que cerca de 40% dos novos processos distribuídos na Primeira Instância já o são por meio eletrônico”, afirma, destacando as vantagens da medida para a melhoria da prestação jurisdicional.

O TJMG FIXOU
UMA META
AUDACIOSA
E CONSEGUIU
ATINGI-LA,
FAZENDO O PJE
CHEGAR ATÉ AS
29 COMARCAS
DE ENTRÂNCIA
ESPECIAL



Renata Caldeira

Desembargador André Leite Praça

Priorização da Primeira Instância

“A priorização da Primeira Instância nesta gestão foi bastante acertada. A esmagadora maioria dos processos tramita ali, e é ali também que o cidadão tem contato direto com a Justiça. Dados estatísticos revelam números melhores na Segunda Instância, em termos de produtividade. Então, era preciso incrementar a estrutura nas comarcas, a fim de melhorar os resultados delas”, avalia.

Entre os benefícios do PJe, está o fato de o sistema ser visto como importante ator para dar efetividade ao princípio constitucional da razoável duração do processo, porque ele contribui para a celeridade processual. E, em sua esteira, outras mudanças surgem no Judiciário mineiro, como o teletrabalho, que permite aos servidores executar suas atividades profissionais em casa. Um projeto de caráter experimental foi iniciado pelo TJMG ainda nesta gestão.

Disseminação em Minas

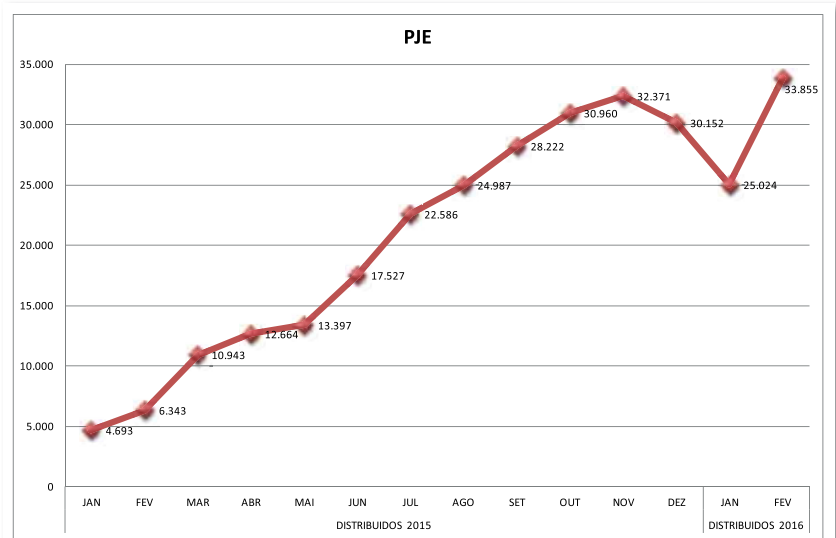
Até fevereiro de 2016, mais de 25 mil feitos já haviam sido julgados por meio do sistema em 25 comarcas de entrância especial – em 201 varas o

peticionamento das ações já é realizado pelo meio eletrônico, com um atendimento a cerca de 38 mil usuários, entre magistrados, servidores e advogados. São números que revelam um expressivo avanço do PJe no Judiciário mineiro, desde o início de sua implantação, ainda em 2012, por meio de um projeto-piloto nas Varas Regionais do Barreiro, na capital.

Renata Caldeira



► “A priorização da Primeira Instância nesta gestão foi bastante acertada. A esmagadora maioria dos processos tramita ali, e é ali também que o cidadão tem contato direto com a Justiça”, declara o desembargador André Leite Praça.



Em 2014, o Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, aderiu gradualmente à implantação do sistema nas 35 varas cíveis, nas varas de família, da fazenda e demais varas, exceto as de natureza criminal. No segundo semestre do mesmo ano, ele foi implantado nas Comarcas de Betim e Contagem. Com os avanços, em março o TJMG concluiu a implantação do PJe em todas as 29 comarcas de entrância especial em Minas, na competência cível.

Aprimoramento do PJe

O PJe representa o futuro, que já é uma realidade na Justiça mineira, por isso o TJMG mantém o compromisso permanente de atualizar e aperfeiçoar o sistema. Assim, em 2016, a implantação do processo eletrônico em novas comarcas acontece em ritmo menos acelerado, pois o foco será seu aprimoramento, com o investimento em novas ferramentas para tornar sua utilização mais fácil para os usuários.

O PJe é a concretização do sonho de uma Justiça sem papel, moderna, mais célere e sustentável

“Alguns projetos dão resultado apenas a médio e longo prazo, mas os impactos positivos do PJe já podem ser sentidos. Tudo foi feito com muito cuidado e planejamento, com responsabilidade orçamentária, o que dará tranquilidade até mesmo para os próximos gestores”, conclui o desembargador Leite Praça.

Para o segundo semestre de 2016, está prevista a implementação do sistema nas seguintes comarcas de segunda entrância: Passos, São Sebastião do Paraíso, Alfenas, Muriaé, Ituiutaba, Frutal, Patrocínio e Araxá.

PJe em números

- Mais de 25 mil feitos julgados por meio do sistema, em 25 comarcas de entrância especial, até fevereiro deste ano.
- Peticionamento das ações por meio eletrônico em 201 varas.
- Atendimento a aproximadamente 38 mil usuários, entre magistrados, servidores e advogados, por meio do PJe.
- Implantação do sistema em todas as 29 comarcas de entrância especial em Minas, na competência cível.

▶ Em 2016, a implantação do processo eletrônico em novas comarcas acontece em ritmo menos acelerado, pois o foco será o aprimoramento do sistema, com o investimento em novas ferramentas para tornar sua utilização mais fácil para os usuários.



Renato Caldeira



CENTRO JUDICIÁRIO
DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA
Ambiental

Sediado na comarca de Belo Horizonte

Abrangência em todo o estado

Sessões de conciliação e de mediação podem ser realizadas no fórum das comarcas onde ocorrer o conflito

**Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania
especializado em demandas relacionadas a danos ambientais
de grande proporção**



Fazer conta: velho e bom hábito

NO TRABALHO OU EM CASA: PLANEJAR OU RACIONALIZAR DESPESAS PARA OTIMIZAR RECURSOS

Preciso, realmente, imprimir esse documento? Se necessário, é possível usar frente e verso? Perdida a utilidade, qual é a melhor maneira de descartá-lo?

Simples? Nem tanto. Esse é apenas um exemplo. O certo é que muitos atos resultam de velhos hábitos.

No dia a dia: multiplique a pauta de uma sessão de julgamento colegiado com 400 processos e com um total de 80

páginas por cinco magistrados. Depois, multiplique esse número pelas 18 câmaras cíveis e 7 câmaras criminais existentes no TJMG. Semanalmente...

Agir de forma sustentável exige questionar ações rotineiras para avaliar custos, impacto ambiental, implicações sociais e culturais. Assim, o que custaria x pode cair pela metade. Economia para os cofres públicos, economia para o cidadão. E a natureza agradece.

“Cada magistrado e cada servidor precisam encarar sua unidade jurisdicional como se fosse uma pequena empresa. Sendo assim, é necessário estar atento ao orçamento e à despesa, aprender a quantificar e controlar gastos, comparar resultados e buscar o aperfeiçoamento constante”



Sorala Costa

Sustentabilidade

Renata Caldeira

Plano de Logística Sustentável

Com o objetivo de disseminar a cultura da sustentabilidade, o TJMG implantou o Plano de Logística Sustentável (PLS). Estão previstas ações de incentivo e conscientização, mecanismos de controle e monitoramento de compras, utilização e descarte de materiais, além do investimento em prédios sustentáveis e na qualidade de vida dos colaboradores.

Uso consciente do telefone e dos correios, da água e da energia elétrica, licitações sustentáveis, reforma e construção de prédios de acordo com normas de sustentabilidade e qualidade de vida no trabalho são alguns exemplos da proposta do PLS para uma gestão conectada com as novas demandas socioambientais.

Histórico da sustentabilidade

Desde 2007, o TJMG desenvolve ações de conscientização para economia de água, energia, telefone, correios e para a reciclagem de papel. Em 2015, seguindo a Resolução 201 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomendou a criação de planos de logística sustentável nos órgãos do Poder Judiciário, o TJMG criou o Núcleo Socioambiental para ampliar e desenvolver todo o trabalho de diagnóstico e planejamento do seu PLS, editado pela Portaria Conjunta 476/2015.

Cada equipe cuida de sua unidade

“Pequenas atitudes, uma grande causa.” Toda equipe precisa fazer sua parte para o alcance dos resultados para a instituição. Por isso, foi formada, em cada local de trabalho, uma Comissão de Apoio à Logística Sustentável (Calsus).



As comissões são integradas por servidores mediante cadastro no Portal TJMG ou por indicação dos gestores, quando não há voluntários na equipe. O acompanhamento é feito pelo Núcleo Socioambiental.

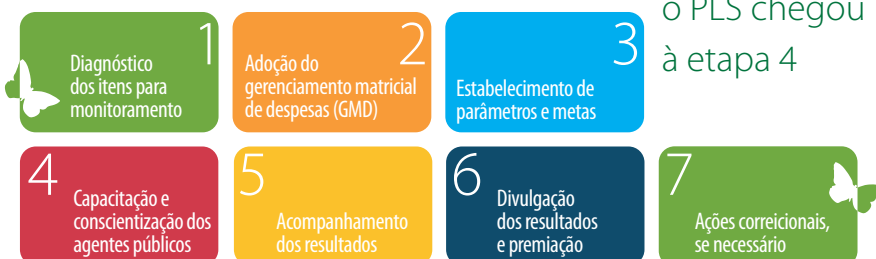
Siad

Desde janeiro de 2016, as aquisições de bens e as contratações de serviços no TJMG passaram a ser processadas pelo Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (Siad). Isso requer que fornecedores e empresas interessadas em participar de licitações ou de processos de compra promovidos pelo Tribunal façam sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores (Cagef), pelo site www.compras.mg.gov.br, menu “Cadastro de Fornecedores”.

O Siad tem a finalidade de controlar o ciclo dos materiais e dos serviços, desde

► “Não se faz nada sozinho. Para atingir resultados, é essencial a adesão de magistrados, servidores, estagiários, terceirizados e colaboradores”, avalia a desembargadora Mônica Libânio

Etapas



► Nesta gestão, o PLS chegou à etapa 4



a aquisição até a distribuição dos materiais de consumo, a baixa dos bens permanentes do patrimônio e a realização dos serviços. É um sistema corporativo já utilizado pelo Poder Executivo Estadual.

Controle na área de transporte

Com planejamento e controle via Siad, pode-se racionalizar gastos ou evitar desperdícios no atendimento a demandas para deslocamento de colaboradores e entrega de documentos ou materiais. No sistema, existe o módulo “Frota de Veículos”, já em operação no Tribunal.

O gerenciamento é feito por meio das seguintes funcionalidades do sistema: cadastro dos veículos ativos e inativos (patrimônio); cadastro de condutores autorizados; registro de multas emitidas, que identifica o condutor infrator; controle dos gastos com manutenção e abastecimento, que verifica a relação custo/benefício; monitoramento dos dados de acidentes; controle da utilização dos veículos pelos di-

versos setores; consulta das informações, a fim de emitir relatórios para subsidiar as decisões e gerar arquivo para prestação de contas.

O TJMG passou a utilizar para toda a sua frota, inclusive a do interior, o modelo de abastecimento de veículos oficiais do estado nos postos existentes em instalações de órgãos do Executivo, com preços bem mais baixos que os praticados no mercado.

O modelo é controlado pelo Siad por meio de um dispositivo eletrônico veicular (Devec) instalado no veículo. O sistema presta *online* todas as informações, inclusive a quantidade abastecida, além de permitir a produção de relatórios.

O Siad está regulamentado pelo Decreto Estadual 45.018/2009 – no Tribunal, pela Portaria 3.153/2015.

Expansão

Numa segunda fase, planeja-se a descentralização do Siad para unidades da Primeira Instância, de modo a permitir que as aquisições e as contratações de bens e serviços, a gestão patrimonial e da frota de veículos possam ser realizadas diretamente por essas unidades.

Entre os benefícios da implantação do Siad, destaca-se a ampliação da concorrência entre fornecedores em licitações a ser realizadas pelo TJMG, o que, consequentemente, proporcionará economia nas compras de materiais e nas contratações de serviços.

“O sistema adotado anteriormente pelo Tribunal era de acesso restrito – poucas áreas tinham controle e geravam os relatórios. Agora, tudo passou a ser colocado no Siad de forma transparente e democrática. Se há demanda de qualquer bem de consumo para uso no trabalho, o procedimento é o mesmo: existe o produto no estoque? Caso não exista, há dotação orçamentária para aquisição? Em caso afirmativo, abre-se o processo de licitação, chega-se ao vencedor, faz-se a homologação, depois são feitos o contrato e o empenho

na fase de aquisição – tudo eletronicamente. O Siad já é adotado em vários outros estados e até em outros países”, observa a desembargadora Mônica Libânio.

Conscientização


Formada em direito e administração de empresas, a desembargadora Mônica Libânio é taxativa: “No serviço público ainda existe amorismo. Falta conscientização. Nesta gestão, muita coisa foi virada pelo avesso. E alguns setores demoraram a se adaptar à nova realidade.”

Para ela, o mandato de dois anos é muito curto. “As coisas precisam ter princípio, meio e fim.” Se foi realizado um treinamento, por exemplo, é preciso mensurar resultados. Qual foi o retorno para a instituição? Houve melhorias? Quais? De que forma?

Motivação

“Algumas vezes, tem-se o juiz no gabinete, e a secretaria fica completamente à parte. Não adianta o juiz ser célere, e a sentença ficar três meses na secretaria para ser publicada – e vice-versa. O juiz precisa conhecer a fundo sua unidade jurisdicional. Saber o que precisa melhorar, reunir a equipe, colocar os temas. O magistrado tem a sua autoridade legal, é o gestor ou o líder. No Judiciário de Minas, os profissionais são muito bem preparados. Faltam, em alguns momentos, motivação e empenho. Trabalhar em parceria ou de forma colaborativa pode ajudar muito a obter melhores resultados. Todos são importantes e ninguém é dono da verdade.”





Ganho para todos: projeto reduz acervo de execuções fiscais

“**G**anha o Poder Judiciário, com a melhoria da prestação jurisdicional; ganha o Executivo, com a melhoria de suas receitas; ganha o cidadão, com a eficiência de todos os Poderes.” A frase da juíza auxiliar da Presidência Lílian Maciel Santos resume os impactos, para toda a sociedade, do projeto Execução Fiscal Eficiente.

Reduzir a taxa de congestionamento dos processos relativos às ações de execução fiscal é o objetivo central da iniciativa. Para alcançar seu escopo, pretende-se diminuir as ações de execução fiscal de pequeno valor ajuizadas pelo estado e pelos municípios, propondo formas alternativas de cobrança, como o protesto extrajudicial.

A iniciativa tem provocado uma mudança de paradigma na cultura da judicialização estatal, pois a ideia é interromper a entrada de novos processos de execução fiscal com valores inferiores aos custos de um processo, estimado, hoje, em cerca de R\$ 4 mil. “O custo de uma ação de execução fiscal é muitas vezes maior para o erário do que o próprio valor da cobrança”, observa a magistrada.

O projeto partiu da iniciativa do en-

tão juiz Jair Eduardo Santana, quando atuava em Santa Luzia. Ele mapeou as ações de execução fiscal da comarca e estudou alternativas para a cobrança extrajudicial desses créditos públicos. Na gestão do desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, as primeiras sementes foram plantadas.

Sem renúncia

O projeto propõe a desjudicialização sem renúncia ao crédito, com a opção pelo protesto extrajudicial. Assim, é possível o resgate das dívidas de forma mais rápida e menos onerosa. Como consequência, a medida reduz a taxa de congestionamento de processos, pois o grande número de ações dessa natureza cria um gargalo e gera grandes despesas para o Poder Judiciário, o estado e os municípios.

Para dar maior efetividade à medida, o projeto tem privilegiado os municípios que apresentavam um grande acervo processual de execuções fiscais, como era o caso de Uberlândia, Juiz de Fora e Belo Horizonte. De acordo com a juíza auxiliar, mapeamentos estatísticos revelam que houve redução no ajuizamento de no-

vas ações. Entre os resultados da iniciativa, está o fato de que apenas o Estado de Minas Gerais deixou de propor, em 2015, mais de 75 mil execuções fiscais, segundo dados informados ao Tribunal mineiro.

Saiba mais

- A iniciativa recebeu menção honrosa no Prêmio Innovare em 2015, a mais importante premiação da Justiça brasileira.
- O projeto foi uma das iniciativas estratégicas relacionadas ao macrodesafio 6, no Planejamento Estratégico da Casa em 2015.
- O macrodesafio 6 refere-se à redução da taxa de congestionamento dos processos relativos às ações da execução fiscal.
- O Tribunal de Contas do Estado (TCE) é parceiro do TJMG na iniciativa, por meio de assinatura de termo de cooperação
- São gestores do projeto a juíza auxiliar da Presidência Lílian Maciel, o juiz auxiliar da 3ª Vice-Presidência, Carlos Donizetti Ferreira da Silva, e o juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça Renato César Jardim.

EXECUÇÃO FISCAL EFICIENTE



**MENÇÃO HONROSA NO PRÊMIO INNOVARE 2015,
A MAIS IMPORTANTE PREMIAÇÃO DA JUSTIÇA BRASILEIRA**

Redução da taxa de congestionamento dos processos relativos às ações de execução fiscal

Desjudicialização de execuções fiscais sem renúncia ao crédito

TJ dissemina conhecimentos sobre estratégias de gestão

Marcelo Albert



A juíza auxiliar da Presidência Lisandre Figueira

Uma organização como o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) abriga um grande contingente de recursos humanos, materiais e financeiros, que precisam ser gerenciados. A gestão, ramo das ciências sociais aplicadas, é imprescindível à administração de toda essa complexa cadeia.

Patrick Montana e Bruce Charnov, renomados estudiosos do tema, definiram gestão como “o ato de trabalhar com e através de pessoas para realizar os objetivos tanto da organização quanto de seus membros”. Gerir é, assim, aquilo que faz uma organização se movimentar de determinada maneira para alcançar sua missão.

Convicta da importância do tema, a atual administração empreendeu esforços

no sentido de dotar juízes, desembargadores e servidores que ocupam cargos gerenciais das mais modernas ferramentas de gestão e de oferecer a esses públicos instrumentos para qualificar mais ainda o exercício de suas funções. Confira abaixo algumas dessas medidas.

Cursos de gestão

A administração investiu no curso Competências Gerenciais no TJMG – Modelo e Técnicas de Gestão para Melhoria de Resultados. O curso, voltado para gestores da Segunda Instância e realizado por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), teve por objetivo promover a capacitação desses servidores nos conhecimentos, habilidades e atitudes que serão esperados

de gestores, conforme o modelo de competências gerenciais desenvolvido pelo Tribunal mineiro.

Ainda com o foco em gestão, o TJMG realizou o Curso de Gestão Cartorária no segundo semestre de 2015, também por meio da Ejef. A iniciativa foi dirigida aos magistrados do Judiciário mineiro. Durante o curso, foi discutida a realidade das unidades jurisdicionais, liderança estratégica, casos de sucesso e o Programa de Apoio Emergencial às Comarcas (PAE).

Sistema de Informações Estratégicas do Judiciário (Sijud)

Em setembro de 2015, o TJMG lançou o Sistema de Informações Estratégicas do Judiciário (Sijud). O sistema, que já existia, passou por importantes reformulações, de acordo com o presidente da comissão que acompanhou a implantação do sistema, desembargador André Leite Praça, superintendente de Tecnologia da Informação do TJMG.

O Sijud é uma solução para armazenamento de dados que permite uma radiografia do Tribunal mineiro, possibi-

litando a geração de relatórios estatísticos sobre a instituição, com grande nível de detalhamento. Muitas informações ali podem ser de grande valia para o público externo, bem como para gestores, subsidiando tomadas de decisões.

Monitoramento e Correição

Em parceria com a 1ª Vice-Presidência, o TJMG criou o Comitê de Monitoramento e Correição da Jurisdição de Segundo Grau (CMC), que visa a dar suporte e apoio aos gabinetes onde há alta taxa de congestionamento de processos.

Ao criar o comitê, de acordo com a juíza auxiliar da Presidência Lisandre Figueira, a gestão pretende, entre outras medidas, garantir aos desembargadores o apoio, a orientação e o suporte para o funcionamento dos gabinetes, identificar tendência de crescimento de estoque processual e assegurar o cumprimento, juntamente com os demais órgãos da Casa, das metas de prestação jurisdicional estabelecidas pelo CNJ.

Para isso, o comitê propõe ações preventivas, corretivas ou de apoio, realiza inspeção em secretarias e gabinetes, seleciona práticas de gestão eficazes de gabinetes de desembargadores e secretarias de câmaras e sugere sua adoção por outras unidades judiciárias, propõe planos de ação, entre outras atribuições.

Com foco na gestão financeira, uma importante medida desta gestão foi a concretização do projeto de envio eletrônico da Certidão de Não Pagamento de Despesas Processuais (CNPDP) para o protesto

Pesquisa de jurisprudência

Importante ferramenta de disseminação de informação jurídica e de consulta às decisões da Justiça mineira, a pesquisa de jurisprudência, dentro do Portal TJMG, passou a disponibilizar também, em fevereiro deste ano, decisões das Turmas Recursais e sentenças de magistrados de todo o Estado de Minas Gerais.

Desenvolvida pela Diretoria Executiva de Informática (Dirfor) do TJMG, o sistema permite a pesquisa refinada por número do processo, por comarca, por data ou por assunto, por meio do preenchimento de palavras-chave, como explica a juíza auxiliar Lisandre Figueira. O sistema oferece consulta a um acervo que já conta com mais de 100 mil decisões de Turmas Recursais e 1,6 milhão de sentenças da Justiça comum e dos Juizados Especiais.

Gerenciamento Matricial da Primeira Instância

Para o desenvolvimento de qualquer planejamento estratégico é fundamental ter indicadores que atestem o desempenho das unidades judiciárias. Para subsidiar os trabalhos estatísticos do Centro de Informações para Gestão Institucional (Ceinfo), está em estudo a implantação do sistema de gerenciamento matricial judicial, que permitirá o mapeamento global do desempenho das unidades judiciárias, mediante comparação com a produtividade de outras varas da mesma entrância, competência e tamanho.

Certidão de Não Pagamento de Despesas Processuais (CNPDP)

Com foco na gestão financeira, uma importante medida desta gestão, destaca a juíza auxiliar da Presidência Lílian Maciel, foi a concretização do projeto de envio eletrônico da Certidão de Não Pagamento de Despesas Processuais

(CNPDP) para o protesto. “A medida recupera receitas para o Tribunal mineiro”, observa a magistrada. As certidões são emitidas quando custas judiciais, multas e taxas judiciais devidas não são pagas pelas partes no decorrer de um processo.

A fim de aperfeiçoar o sistema de cobrança dessas despesas, além do envio da CNPDP por meio eletrônico, em 2015 essas dívidas começaram a ser protestadas em cartório, e os devedores, além da inscrição na dívida ativa do estado, podem agora ter os nomes incluídos em cadastros de inadimplentes.

“O papel de um juiz não é apenas decidir, mas tornar efetiva a decisão. Para isso, ele precisa se envolver com a administração e o funcionamento de sua secretaria. Precisamos alterar nossas mentalidades. Deixar no passado o modelo do juiz burocrático e buscar fazer uma gestão por competências.”

Presidente Pedro Bitencourt



Marcelo Albert

Iniciativas aumentam produtividade nas comarcas

Priorização da Primeira Instância. Esse foi um dos focos da gestão do presidente Pedro Bitencourt à frente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). É nas diversas comarcas de Minas que se encontram as maiores carências de infraestrutura do Judiciário mineiro, tanto em termos de espaço físico e equipamento quanto de recursos humanos. O resultado disso sempre pôde ser sentido na menor produtividade da Primeira Instância em relação à Segunda Instância.

Em face desse diagnóstico, um olhar especial foi lançado para o interior do estado, e esta gestão fez surgir importantes projetos voltados para apoiar juízes pelas diversas comarcas de Minas. Entre eles, estão o Programa de Apoio Emergencial às Comarcas (PAE), a criação de cargos de estagiário de pós-graduação, o investimento em uma maior especialização de varas na Comarca de Belo Horizonte, entre outras iniciativas que estão detalhadas em outras páginas desta publicação.

Apoio emergencial

Uma das iniciativas que pretendem provocar grandes impactos nas comarcas mineiras, o PAE foi criado com o objetivo de aumentar a celeridade e a produtividade em varas que apresentam grande quantidade de processos em seus acervos. Coração

de Jesus, no Norte de Minas, e Presidente Olegário, no Noroeste, foram as primeiras comarcas a ser contempladas com o programa no final de 2015.

O PAE pretende, ainda, alinhar o gerenciamento das unidades judiciárias da Justiça para o cumprimento dos macrodesafios previstos no Planejamento e na Gestão Estratégica do TJMG. A ideia é dar celeridade aos julgamentos de processos, aumentando a produtividade e, assim, melhorando a prestação jurisdicional.

Envolvendo a atuação conjunta da Presidência do TJMG, da Corregedoria e de vários magistrados, o PAE se baseia em ou-

tras experiências de apoio a unidades jurisdicionais com grande número de processos realizadas com êxito em Minas Gerais. São coordenadores do projeto os juízes Francisco Ricardo, Marcelo Fioravante, Marcus Vinicius Mendes do Valle e Lilian Maciel.

Três iniciativas principais ancoram o programa: a intervenção localizada, em que equipes se deslocam até as comarcas escolhidas; o mutirão para a prolação de sentenças, em que alguns processos são encaminhados a juízes cooperadores de outras comarcas para que eles profiram as decisões; e o plano de ação gerencial, que consiste na implantação de Plano Estratégico de Unidade Judiciária,

adequadamente desdobrado em Plano de Ação e na partilha de ferramentas e técnicas gerenciais, para que o juiz e os servidores possam praticar uma gestão judiciária que torne produtiva a sua unidade judiciária, relata o juiz Marcus Vinicius Mendes do Valle, coordenador executivo do PAE.

Marcelo Albert



Para a juíza auxiliar da Presidência Lilian Maciel, o estágio para estudantes de pós-graduação irá proporcionar ao estagiário uma experiência concreta da atividade judicial

Incremento na formação dos novos juízes

“Os 20 juízes que tomaram posse em março último participam da iniciativa. A ideia é que eles se sensibilizem com a carência das regiões, pois há localidades onde figuram alguns dos mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) em Minas”, conta a juíza auxiliar da Presidência Lisandre Figueira. O TJMG acredita que, para os novos

juízes da Casa, esta será uma experiência rica e decisiva nesse início de carreira na magistratura.

Esse projeto, como parte da formação inicial dos novos juízes, foi apresentado no relatório final do PAE de Coração de Jesus, tendo sido desenvolvido em parceria entre a Presidência do Tribunal de Justiça e a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. Estabeleceu-se, ali, um novo paradigma para a formação inicial dos juízes, tanto pela imersão sociocultural como pela possibilidade de absorverem conceitos e ferramentas gerenciais que permitam atitudes transformacionais na liderança das unidades judiciárias, com aumento de produtividade e maior satisfação profissional. Esse escopo está alinhado à Resolução 198/2014 do CNJ, que prevê o juiz como responsável pela execução estratégica, lembra o juiz Marcus Vinícius Mendes do Valle.

Estagiários de pós-graduação

Outra iniciativa de grande apoio aos juízes foi a criação de estágio para estudantes de pós-graduação em direito, aberta a partir de maio de 2015. A possibilidade é para comarcas com média mensal de distribuição acima de 150 ações e que não dispõem de função de confiança para assessoramento dos juízes ou não tenham servidores em condições de ocupá-la.

O estágio para pós-graduandos integra-se ao Planejamento Estratégico do TJMG porque amplia os recursos para a prestação jurisdicional e procura assegurar a celeridade dos julgamentos, sem prejuízo da qualidade do atendimento ao cidadão.

Na avaliação da juíza auxiliar da Presidência Lílian Maciel, há outro importante benefício para a Justiça mineira, oferecido pela iniciativa: o de proporcionar ao estagiário uma experiência concreta da atividade judicial, possibilitando

que ele aprimore seus conhecimentos. Dessa maneira, o Tribunal mineiro contribui para a capacitação de profissionais que futuramente ingressarão nas carreiras jurídicas ou irão atuar como operadores do direito.

Especialização de varas

Um importante movimento que objetiva também dar maior celeridades aos atos processuais na Primeira Instância é a maior especialização de varas na Comarca de Belo Horizonte, implementada por meio de algumas ações ao longo desta gestão. Destacam-se o fato de a 13ª e a 24ª Varas Cíveis de Belo Horizonte terem tido sua competência alterada para processar e julgar exclusivamente as execuções de títulos extrajudiciais.

Pretende-se, com a medida, que um grupo de magistrados e servidores se especializem em processos da mesma natureza. “Eles estão sendo capacitados para isso. É uma especialização que pode dar mais rapidez ao andamento de processos. A ideia é otimizar a atividade do magistrado”, explica a juíza Lílian Maciel, acrescentando que uma importante parcela da taxa de congestionamento está na fase de execução.

Central de Cumprimento de Sentença

Também visando à celeridade, a Central de Cumprimento de Sentença (Centrase) em Belo Horizonte foi criada no segundo semestre de 2015 com o objetivo de retirar dos juízes da capital a prática de atos processuais posteriores ao trânsito em julgado das sentenças, de modo a atenuar o impacto do elevado número de processos em trâmite, sobretudo nas varas cíveis. Foram criadas também duas varas especializadas em execução fiscal municipal e foram alteradas as competências de varas de feitos da fazenda pública da Comarca de Belo Horizonte, adequando-as à novidade.

Foi pedido a mim que produzisse uma fala sobre a atual gestão, suas inovações, ou de algum dos projetos dos quais participei. No entanto, o que me veio à mente não foi falar da minha atuação, ou propriamente de questões técnicas, como planejamento estratégico, gestão de pessoas e outros tantos temas técnicos, mas deixar registrada a minha percepção sobre a pessoa do Presidente Pedro Carlos em sua atuação.

Lembrei-me, então, de um trecho de uma obra de Mario Cortella em que dizia:

“Há uma questão que os líderes não podem perder de vista. Mostrar para as pessoas qual é o resultado da obra e identificar essa obra como magnífica. Se assim não fosse, não haveria quem tocasse címbalo em orquestra. Na Abertura 1812, de Tchaikovsky, por exemplo, o instrumento do címbalo toca pouco durante a peça inteira. E ele vai para casa e fala o quê para a esposa? Que durante a execução do concerto ele fez “pim” três vezes? Claro que não. Ele fala que participou de um concerto. Agora se ele perceber que as pessoas acham que ele só toca címbalo e que, aliás, é altamente substituível, se ele perceber que o spalla (primeiro violino) da orquestra o despreza, ele ficará propenso a ter dois tipos de comportamento: não ter lealdade à orquestra ou atravessar durante a execução, tocar na hora errada. O tocador de címbalos precisa ter clareza de que não foi lá bater o prato três vezes, mas, sim, de que estava compondo uma obra coletiva.”

Acredito que esse foi o grande legado do desembargador Pedro Bitencourt: mostrar que não somos nada individualmente, se não trabalharmos coletivamente, que cada um de nós exerce um papel importantíssimo, esteja onde estiver na escala de hierarquia do Tribunal, e que é valorizado por isso, como participante desse “conjunto da obra”, no caso, a gestão do Tribunal de Justiça Minas Gerais.

Esse exercício de liderança praticado pelo presidente Pedro valorizou cada um de nós, em nossas atribuições, sejam de menor ou maior complexidade, e fez com que estivéssemos sempre motivados para o cumprimento de nossa missão, que é voltar nossos olhares para o cidadão, o verdadeiro foco de nossa instituição e a quem queremos bem servir.

Juízes leigos revitalizam a Justiça

Atuar na conciliação, dirigir instrução de causas e proferir decisões que serão submetidas ao juiz de direito, para homologação. Essas são algumas das principais atividades dos juízes leigos. Prevista na Lei 9.099/1995, a função foi criada no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) no ano passado, em meio às discussões que pautaram a celebração dos 20 anos da Lei 9.099/1995, que criou os Juizados Especiais no Brasil.

Reconhecida como um divisor de águas na história da Justiça brasileira, a lei é atribuído o mérito de ter democratizado e desburocratizado o acesso ao Judiciário, aproximando-o dos cidadãos. Mas, para a Justiça especial continuar cumprindo seu papel de efetivamente aproximar a Justiça da população, ela precisava ser revitalizada, e foi esse o grande movimento ocorrido no TJMG no ano passado.

Entre as iniciativas, está a criação da

figura do juiz leigo, cujo objetivo é otimizar o trabalho dos Juizados Especiais, contribuindo para um melhor atendimento ao cidadão na busca de uma solução conjunta e pacífica dos conflitos. “Os Juizados Especiais estão muito assoberbados. A atuação dos juízes leigos é medida importante para dar mais celeridade aos processos”, observa a juíza auxiliar da Presidência Lílian Maciel.

Processo seletivo

No segundo semestre de 2015, a Casa lançou edital público para selecionar juízes leigos para atuar nos Juizados Especiais da capital e do interior – ao todo, 45 comarcas em Minas serão beneficiadas com a chegada dos novos profissionais. Foram autorizadas 81 vagas, sendo que 76 juízes leigos foram designados na primeira semana de março último.

Outro ponto de destaque da iniciativa

é que ela contribui para a formação de futuros magistrados, pois o exercício do cargo de juiz leigo será considerado serviço público relevante e título em concurso público para a magistratura de carreira do Estado de Minas Gerais. Para atuar como juiz leigo, é necessário ser advogado com no mínimo dois anos de experiência jurídica e ser selecionado por meio de concurso público.

Jurisdição exclusiva

Já está em funcionamento, em caráter experimental, a turma recursal de jurisdição exclusiva. São cinco magistrados para julgar, exclusivamente, recursos das decisões dos Juizados Especiais de Belo Horizonte e dos grupos jurisdicionais de Betim e Contagem.

Além dos juízes titulares, há cinco suplentes. Eles vão exercer as funções por dois anos. A turma recursal exclusiva tem secretaria e quadro de assessores próprios, para facilitar os trabalhos. Ao todo, 16 comarcas foram contempladas.

A ideia é estender a experiência para todo o estado, explica a juíza Eveline Félix. Segundo ela, a dedicação exclusiva evita a

▶ O juiz leigo atua de forma a otimizar o trabalho dos Juizados Especiais, contribuindo para um melhor atendimento ao cidadão

Renata Caldeira



sobrecarga, trazendo mais agilidade, menos divergência de interpretações e, assim, mais segurança jurídica.

Os outros 28 grupos jurisdicionais (Resolução 386/2002) do interior continuam funcionando nos moldes anteriores.

Cooperação

Intervenção localizada para atender a comarcas com expressivo represamento de processos dos Juizados Especiais. As primeiras cooperações começaram em 2014 nas comarcas de Juiz de Fora e Uberlândia.

Em 2015, novo impulso foi dado à ação em virtude da comemoração aos 20 anos da Lei 9.099/1995 e do consequente lançamento da campanha “Redescobrimo os Juizados Especiais”, do CNJ. Dessa vez, as cooperações foram realizadas em Montes Claros, Betim, Contagem, Pirapora, Curvelo e São João del-Rei (Portaria Conjunta 427/2015).

Em que consiste a iniciativa? Um grupo de juizes e servidores vai até a comarca. O primeiro passo é marcar audiências de conciliação. Obtido o acordo, ele é homologado. Caso isso não seja possível, é marcada a audiência de instrução e julgamento.

Também na Portaria Conjunta 427/2015, foram incluídos os mutirões para prolação de sentenças.

Esse modelo de cooperação inspirou o Programa de Apoio Emergencial às Comarcas (PAE) no âmbito da Justiça comum de primeiro grau (Portaria Conjunta 455/2015).

Página nova e mais facilidades

Com o novo sistema de consulta à jurisprudência dos Juizados, finalmente a pesquisa pode ser feita por palavra-chave desde março deste ano. Trata-se de uma fonte de consulta essencial para as decisões judiciais.

Além disso, toda a página do Juizado Especial foi reformulada no Portal TJMG, tendo sido atualizados dados dos juizes, composição das turmas recursais, atos normativos, artigos, entre outras informações.

Outras ações

A gestão priorizou ainda projetos como a ampliação do processo eletrônico, a implementação da conciliação dos Juizados Especiais fazendários, o estímulo à conciliação pré-processual, a instituição do sistema audiovisual de gravação de audiências e o monitoramento dos grandes demandados e das ações repetitivas, entre outras medidas.

“Os Juizados Especiais representaram um marco para o Judiciário do País. Eles reforçaram, no âmbito da Justiça brasileira, a possibilidade da solução de conflitos não apenas pela via litigiosa, mas também, e principalmente, por meio do acordo. Nesse sentido, eles têm exercido papel fundamental na construção de uma sociedade mais harmoniosa.”

Presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt

Atuação da turma recursal de jurisdição exclusiva

Belo Horizonte

Grupo jurisdicional de

Betim: Betim, Bonfim, Brumadinho, Esmeraldas, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Juatuba, Mateus Leme, Pará de Minas e Pitangui

Grupo jurisdicional de

Contagem: Contagem, Nova Lima, Sabará e Santa Luzia

Resolução 781/2014

Juizados Especiais da capital e do interior, em 45 comarcas, são beneficiados com a chegada de juizes leigos



Renata Caldeira



Mais de **1 milhão**

de processos findos
eliminados

Meta fixada para 2015 era de **1 milhão**

Número alcançado foi de **1.014.782** processo findos eliminados

No total, cerca de **1,5 milhão** descartados nesta gestão



Arquivo As.com

Descarte sustentável: os processos são encaminhados para a Associação dos Catadores de Papelão e Material Reaproveitável (Asmare), para fragmentação em tiras

Plano de Eliminação Documental dota TJMG de expertise para eliminar documentos

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), conseguiu eliminar, de julho de 2014 a fevereiro deste ano, 1.126.934 processos findos. Apenas no ano passado, foram 1.014.782 processos eliminados, ultrapassando a meta fixada no Planejamento Estratégico 2015, que era de um milhão. Até o final desta gestão, outros 450 mil processos deverão ser eliminados, totalizando mais de um milhão e meio de processos descartados.

Iniciativa estratégica para o Tribu-

nal mineiro, o plano de eliminação foi o responsável pelos números alcançados. O plano visa eliminar documentos para reduzir o acervo armazenado e, consequentemente, diminuir os custos com a guarda documental – aluguéis de espaço e terceirização de guarda, entre outros. Tem por objetivo também otimizar os espaços destinados aos arquivos judiciais em todo o Estado de Minas Gerais.

Ferramenta indispensável para melhor gestão documental da instituição, a medida se tornou especialmente necessária diante do grande crescimento da massa

A gestão documental é tarefa estratégica para o Tribunal mineiro, diante do grande crescimento da massa de documentos acumulada

documental acumulada. Tarefa nova nos tribunais brasileiros, o plano de eliminação exigiu uma ampla avaliação dos processos judiciais do acervo documental gerido pela Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental (Dirged). Exigiu ainda organização, planejamento, material logístico, melhoria dos espaços e aquisição de *know how* para manejo das massas documentais.

Ciência de eliminação

Foi necessária ainda a preparação e a publicação, mensalmente, em 2015, de editais contendo listas de eliminação de autos totalizando, no mínimo, 83.335 unidades, conforme classes definidas pela Comissão Técnica de Avaliação Documental (CTAD). Ao todo, do início da gestão até 29 de fevereiro deste ano, 20 editais de ciência de eliminação de documentos judiciais foram organizados e publicados pela Gerência de Arquivo e Tratamento da Informação Documental (Gearq). Outros seis estavam previstos até o final desta gestão.

A iniciativa foi uma das previstas no mapa estratégico do TJMG, dentro do macrodesafio 10, de instituição da governança judiciária, no Planejamento Estratégico 2015. Há um compromisso com o descarte sustentável do material. Por isso, os processos a serem eliminados são encaminhados para a Associação dos Catadores de Papelão e Material Reaproveitável (Asmare), para fragmentação em tiras, de maneira que não seja possível identificar informações do documento. A fragmentação dos autos é acompanhada, até o fim, por um profissional do TJMG.

Processos Eliminados

- Meta para 2015: 1 milhão
- Eliminados/2015: 1.014.782
- Eliminados de 07/2014 a 02/2016: 1.126.934
- Expectativa durante a gestão: Cerca de 1,5 milhão
- Meta para 2016: 1,2 milhão



Banco de peritos amplia acesso à Justiça

Democratizar a Justiça e romper um gargalo que entrava o andamento de processos que tramitam sob o pálio da Justiça gratuita. Esses são alguns dos objetivos do Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária Gratuita (Sistema AJG), adotado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) no ano passado.

Com a adoção do sistema, que atua no âmbito da Justiça comum de primeiro e segundo graus, foi criado um Banco de Peritos, Tradutores e Intérpretes. De acordo com a juíza auxiliar da Presidência Lílian Maciel, muitos processos cíveis da Justiça Comum que são amparados pela justiça gratuita, e aguardavam realização de perícias, podem agora se retomados com maior rapidez.

“Sempre foi comum termos processos parados pela falta de profissionais para atuarem na prova técnica gratuita. Por isso, essa iniciativa representa uma importante melhoria realizada nesta ges-

ção”, esclarece. Na visão da magistrada, o sistema, todo informatizado e monitorado, “é ágil e seguro, beneficiando principalmente a Primeira Instância, foco da atual gestão”.

Ágil e eficiente

A grande vantagem do sistema é permitir ao magistrado nomear, de forma ágil e eficiente, peritos, tradutores e intérpretes para atuar nesses feitos. O sistema gerencia a inscrição e a escolha de profissionais prestadores de serviços nos processos que envolvam assistência judiciária gratuita e dos respectivos pagamentos, garantindo também que o profissional receba mais rapidamente pelo serviço prestado.

Pelo sistema, o cadastro, a escolha e o pagamento de honorários aos profissionais são realizados exclusivamente pelo sistema, que é integrado pelo banco de profissionais. Em agosto de 2015, o TJMG publicou edital para profissionais

interessados em integrar o banco, e desde então mantém disponível, em seu portal, a lista daqueles cujos cadastros foram validados.

Com abrangência em toda Minas Gerais, o sistema foi desenvolvido pelo Conselho da Justiça Federal e os códigos fontes foram fornecidos ao TJMG, permitindo sua implantação em Minas Gerais.

Banco de Peritos, Tradutores e Intérpretes*

- 911 profissionais cadastrados e ativos no Sistema AJG/TJMG
- 1.835 nomeações aceitas no Sistema AJG/TJMG
- Perícias solicitadas por meio do sistema são integralmente custeadas pelo TJMG.
- Valor dos honorários arbitrado de acordo com as regras e tabelas constantes da Portaria 3.185/2015.

* Dados de 3 de março de 2016

Edifícios são construídos com o olhar no futuro

Desembargador Cássio
Salomé, superintendente
de Obras

Visando conferir maior segurança e funcionalidade a magistrados, servidores, operadores do direito e usuários, a atual administração investiu na construção, reforma e manutenção de diversos prédios da Justiça de Primeira e Segunda Instâncias. Foram concluídas nesta gestão construções modernas, que atendem às exigências de sustentabilidade e acessibilidade e estão preparadas para contemplar a realidade do Processo Judicial eletrônico (PJe).

Entre as obras que vêm se desenvolvendo conforme o cronograma estabelecido, destaca-se a reforma realizada na nova sede (Avenida Afonso Pena, 4.001), que possibilitará a unificação física da Justiça de Segunda Instância, uma aspiração antiga do TJMG. A partir de ju-

Novo Fórum
de Ubá



Marcelo Albert

Renata Caldeira



nho deste ano, a Presidência da Casa, a Primeira, a Segunda e a Terceira Vice-Presidências, gabinetes e assessorias dos desembargadores do anexo 2 da Unidade Goiás serão instalados na nova sede.

Na opinião do superintendente de Obras, desembargador Cássio de Souza Salomé, essa reforma constitui a maior obra realizada pelo Tribunal de Justiça de Minas ao longo de sua história. O magistrado destacou o esforço e o comprometimento das equipes do TJ na entrega da primeira fase da obra na data prevista, permitindo a mudança desses setores ainda nesta gestão. Informou ainda que, em agosto de 2017, toda a atividade judicial de Segunda Instância da Unidade Raja estará instalada no edifício da Afonso Pena.

O empreendimento de implantação da nova sede do TJMG será realizado em três etapas, estando as duas primeiras relacionadas com a reforma e a ocupação da edificação existente no local; e a terceira, com a ampliação da área construída, o que envolverá a aprovação e a construção de novas edificações nos terrenos adjacentes.

“A mudança é a lei da vida. E aqueles que apenas olham para o passado ou para o presente irão com certeza perder o futuro”

John Kennedy

Construções, reformas e melhorias

Além dessa importante obra, que visa também à economia com locação e manutenção de imóveis e à melhoria da prestação jurisdicional, diversas outras, entre reformas e construções novas, foram concluídas no interior, com destaque para os prédios dos Fóruns de Uberaba, Itabira, Ubá e Visconde do Rio Branco.

Há ainda aqueles prédios que se encontram em fase de construção e abrigarão os Fóruns de Caratinga, Coromandel, Divinópolis, Manhuaçu, Patos de Minas, Ribeirão das Neves, Taiobeiras, Uberlândia e Vazante. São construções projetadas com o olhar no futuro, que propiciarão a magistrados, servidores, operadores do direito e ao público em geral maior segurança, conforto e eficiência no dia a dia. Além dessas, estão sendo realizadas obras de reforma nos prédios da Unidade Francisco Sales (Belo Horizonte) e do Fórum de Itaguara.

Mais agilidade e mais recursos para reparos urgentes

Na atual administração, foram reajustados os valores dos serviços de pequenos reparos que se adequam à situação “de pronto pagamento”, valores que ficam disponibilizados aos juízes diretores de foro. O total anual passou de R\$ 500 para R\$ 8 mil. Esses reparos de urgência nos edifícios do Judiciário podem ser providenciados pelas próprias direções, sem a realização de processo licitatório conforme prevê a legislação vigente, explica o desembargador Cássio de Souza Salomé.

Outro aspecto digno de registro, acrescentou, diz respeito às manutenções realizadas em prédios. Vários contratos de manutenção com diversas empresas habilitadas previamente cobrem as regiões do interior, e elas ficam de prontidão para realizar esses serviços nos edifícios dos fóruns. Além desses, há os contratos de manutenção de elevadores, de ar condicionado e de subestações.

“A área de engenharia do TJ fez um levantamento em todas as comarcas do estado e estabeleceu uma planilha de prioridades, no que se refere à realização de reformas, construções novas e manutenção dos prédios dos fóruns”, informa o desembargador Cássio Salomé

Anexo 2 abrigará Corregedoria

Já estão em andamento as primeiras ações para adaptação do edifício do anexo 2 da Unidade Goiás, na capital, que abrigava os gabinetes dos desembargadores. O prédio receberá a Corregedoria-Geral de Justiça, que antes ocupava prédio alugado, na Rua Gonçalves Dias.

Unidade Raja: varas cíveis, empresariais e da fazenda

Ainda conforme o desembargador Cássio Salomé, os estudos para implantação do Fórum Cível e Fazendário já foram finalizados. O edifício da Unidade



Raja, em Belo Horizonte, onde hoje funcionam as câmaras cíveis de direito privado e quatro câmaras criminais, receberá, a partir de janeiro de 2018, 35 varas cíveis e duas empresariais, que hoje funcionam no Fórum Lafayette, as varas fazendárias, da Praça da Liberdade, e as da fazenda municipal, que funcionam em prédio alugado da Avenida Afonso Pena.

“Sabemos que há muito para ser feito nessa área para atendimento às demandas do Judiciário. Temos certeza de que as próximas administrações terão também a atenção voltada para a engenharia, pois é ela que propicia as condições confortáveis para o trabalho executado”, completou o magistrado.

Novo Fórum de Uberaba



Marcelo Albert

Edifício da nova sede

- A reforma geral do prédio localizado na Avenida Afonso Pena, 4.001, para instalação da sede do TJMG iniciou-se em 11 de setembro de 2015.
- A primeira etapa foi concluída em 30 de maio de 2016, o que permitirá a mudança dos desembargadores instalados no anexo 2 (Unidade Goiás) para os pavimentos reformados, localizados no 9º, no 10º e no 11º andares do edifício da Afonso Pena.
- A segunda etapa já foi iniciada e deverá ser concluída em 31 de agosto de 2017, quando serão transferidos os demais desembargadores e áreas afins.
- Valor atualizado das obras: R\$ 68.191.616,64.

Histórico jurídico

- Novembro de 2012: o edifício da Avenida Afonso Pena é declarado de utilidade pública, por meio de decreto estadual, para desapropriação de pleno domínio.
- Dezembro de 2013: o TJMG é imitado na posse do imóvel por meio de mandado expedido pela 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual em ação de desapropriação.
- Inicia-se embate na Justiça Federal, no qual a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) defendia a devolução do imóvel à União quando terminasse a concessão do serviço de telefonia fixa à Telemar Norte Leste S.A.
- Fevereiro de 2016: decisão do juiz da 3ª Vara Federal de Belo Horizonte, Ricardo Machado Rabelo, válida, em Primeira Instância, a transferência do imóvel ao TJ. No entendimento do magistrado, o imóvel não é um bem reversível à União.

Nova Sede



Um importante passo é dado para a unificação da Segunda Instância.

Nova Sede: Av. Afonso Pena, 4.001, bairro Serra, Belo Horizonte

Precatórios

Cálculos e publicação de despachos e decisões são automatizados

INICIATIVAS GERAM
SEGURANÇA, ECONOMIA
E EFICIÊNCIA NOS
PROCEDIMENTOS

A Central de Conciliação de Precatórios (Ceprec) e a Assessoria de Precatórios (Asprec), vinculadas à Presidência do TJMG, implementaram diversas iniciativas voltadas para o aprimoramento de suas funções. Destaca-se, entre outras, o convênio firmado com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), para cessão gratuita do Sistema de Cálculos, que, acoplado ao Sistema de Gestão de Precatórios (SGP), possibilitou a automatização dos procedimentos de cálculo, o que trouxe mais celeridade para a liquidação de precatórios.

O SGP também foi aprimorado no que se refere à implantação automatizada da publicação dos despachos e decisões proferidas. Essa nova funcionalidade, informou o juiz coordenador da Ceprec, Ramom Tácio de Oliveira, permite constatar a produtividade do setor, abrindo também caminho para que sejam padronizados despachos e decisões feitos em procedimentos repetitivos e similares, de modo a eliminar erros e garantir a eficácia no trabalho.

Sistema unificado

Outra iniciativa de peso foi a conclusão e a ampliação do projeto de padronização da expedição e controle *online* das



Juiz Ramom Tácio: “o direito vale pela eficácia de suas normas.”

requisições de pequeno valor (RPV) expedidas em todas as comarcas do Estado de Minas Gerais, por meio do Repositório Unificado de Procedimentos Eletrônicos (Rupe). Inicialmente operando apenas com processos físicos que tramitam no Siscom (Sistema de Informatização das Comarcas), o projeto foi expandido para o Processo Judicial eletrônico (PJe) e para o Projudi (Sistema CNJ).

Esse projeto possibilita à Asprec cruzar informações geradas via Sistema de Gestão de Precatórios e Rupe e, com isso, ter maior controle e segurança das determinações de pagamento. Nessa esteira, está sendo desenvolvido o sistema de ofício precatório eletrônico, que trará economia de papel e maior consistência de informações.

Ainda durante esta gestão, foi expandida a digitalização de documentos, sendo que, atualmente, todos os ofícios requisitórios que ingressam no TJMG e os alvarás expedidos pela Ceprec e controlados pela Asprec são digitalizados, o que permite maior eficiência e economia para os cofres públicos. Também merece destaque a padronização de rotinas de trabalho no setor de precatórios. O objetivo é institucionalizar o conhecimento.

Saiba mais

Os precatórios são requisições de pagamento de dívidas que a União, o estado ou o município contraem em decorrência de condenação em processos judiciais.

Com as mudanças trazidas por decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2015, entraram em vigor novos índices de desconto para a conciliação em precatórios. De acordo com as novas regras, o percentual de deságio não pode ultrapassar 40%.

Ainda conforme o STF, o prazo que os entes públicos têm para quitar a dívida de precatórios passa a ser de cinco exercícios financeiros, a contar de 1º de janeiro de 2016.

A Ceprec foi a primeira central implantada na Justiça comum do País para solucionar a dívida de precatórios dos entes públicos por meio da conciliação, tendo em vista o acúmulo desse tipo de requisição.

De julho de 2014 a março de 2016, foram pagos cerca de R\$ 900 milhões de dívidas de precatórios do estado e dos municípios

Os acordos em precatórios geraram economia de R\$ 200 milhões para o estado e os municípios

Dos 853 municípios mineiros, mais de 300 já quitaram suas dívidas de precatórios

Ramom Tácio de Oliveira
Juiz Auxiliar da Presidência do TJMG

Em dezembro de 2009, foi promulgada a EC nº 62, que criou um Regime Especial de pagamento de precatórios.

Isso ocorreu porque os entes políticos tinham, por diversos fatores, dificuldades de pagar o débito de seus precatórios. Estima-se que, na ocasião, havia dívida de 90 bilhões de reais.

Essa dívida surgiu devido à consientização de direitos, após a CR/1988, às trapalhadas de governantes, à desordem da Previdência Social, aos planos econômicos mirabolantes, às relações mal resolvidas com funcionários, à pífia política agrária, aos orçamentos sem previsão dessa dívida e à cultura do não-pagar. Grande parte dela é absolutamente artificial, tal como registrado pelo STF no julgamento das ADIs 4.357 e 4.425.

Seja como for, em 2013, o STF invalidou essa emenda e, depois, modulou os efeitos da inconstitucionalidade reconhecida, dando sobrevida ao regime até fins de 2020.

Nesse julgamento, o STF conservou a via dos acordos, com deságio máximo de 40%, até porque sopesou a complexidade do tema. De fato, o não pagamento dos precatórios implica descumprir decisões judiciais (questão jurídica), diz respeito à alocação de recursos escassos (questão econômica) e é, ainda, problema social, por envolver a distribuição e aplicação de recursos públicos.

Pois bem, o assunto dos acordos em precatórios foi regulamentado pela Presidência do TJMG e representa excelente medida para tornar eficaz a decisão do STF. Aliás, o TJMG tem sido exemplo nesse campo: dos 853 municípios mineiros, quase metade quitou sua dívida. O Estado baixou o seu acervo devedor para R\$ 4 bilhões.

O trabalho do TJ é relevante por acelerar pagamentos, corrigir erros materiais da dívida, uniformizar procedimentos e interpretações, acabar com os intermináveis recursos, findar os pedidos de intervenção e diminuir o mercado paralelo de compra e venda desses títulos.

A solução da dívida de precatórios passa pelo pragmatismo (exame do custo/benefício), pois Justiça e eficiência andam juntas. Ora, o direito vale pela eficácia de suas normas. Um direito eficiente maximiza benefícios, reduz custos, amplia riquezas e o bem estar social.

Gravação abrevia tempo de audiências

A audiência se inicia e é colhido o depoimento do réu. A cada grupo de frases, a juíza interrompe a fala do depoente e reduz a termo o relato, ditando-o para o escrivão. A audiência se alonga e as pautas de audiências se acumulam, pois o juiz não consegue realizar mais de um desses procedimentos no mesmo dia. A situação é um entrave na

celeridade da prestação jurisdicional, mas uma solução é encontrada: a gravação de audiências.

Um projeto-piloto de gravação das audiências – oitivas de testemunhas e partes – e sua indexação para consultas futuras foi implementado no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) em agosto de 2015. O sistema utilizado, chamado

de DRS, é composto por câmeras, microfone e um *software* que grava e gerencia os arquivos. Pelo sistema, os depoimentos colhidos são indexados de forma a facilitar a localização de quem se quer ouvir, do trecho a que se deseja assistir e assim por diante, facilitando o trabalho da instância revisora.

Câmeras, microfone e software

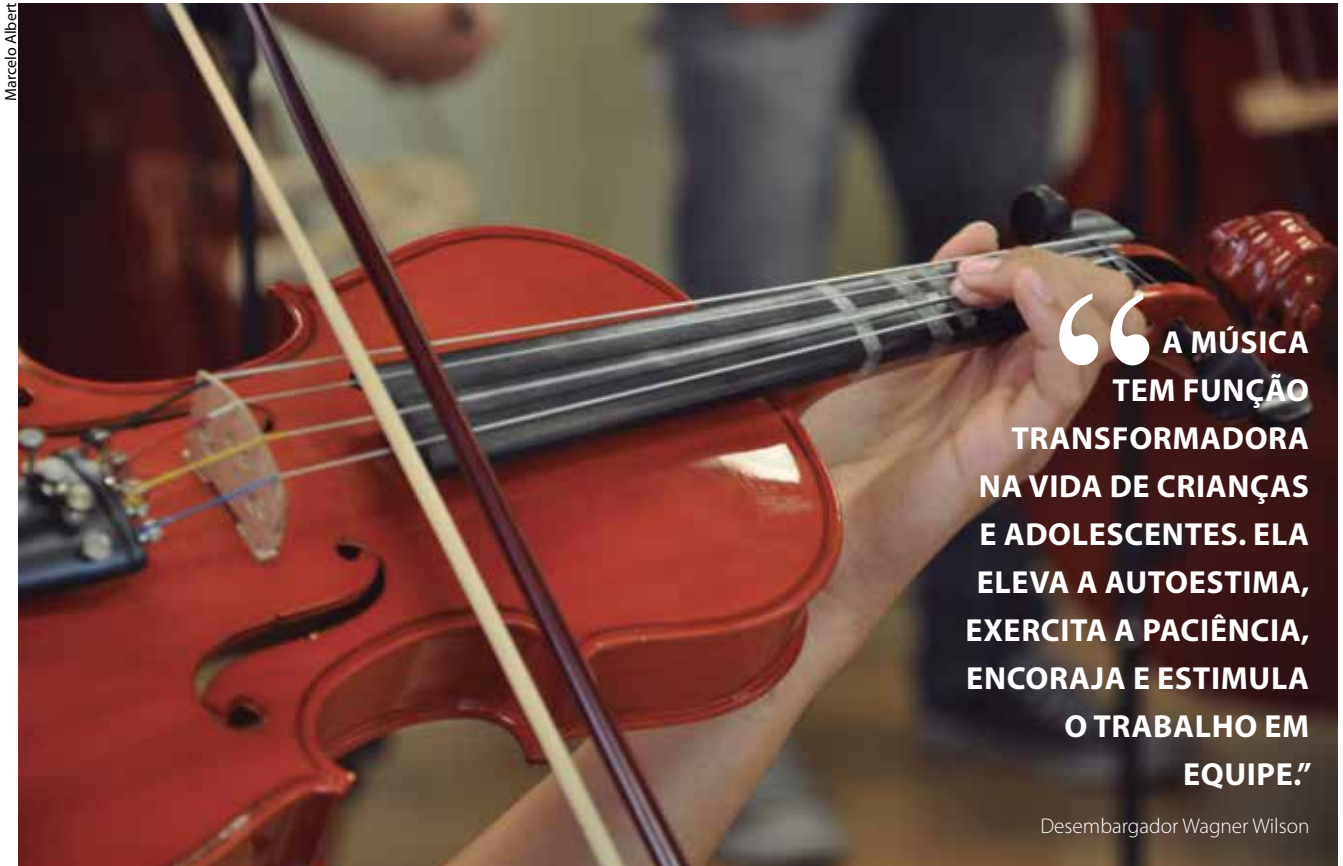
“A questão das audiências sempre foi um dos grandes gargalos na tramitação dos processos. Com a gravação, o tempo das audiências é reduzido”, explica a juíza auxiliar da Presidência Lílian Maciel. O resultado disso é que o magistrado pode realizar uma maior quantidade de audiências, em um prazo de tempo menor, propiciando uma Justiça mais célere. “O grande beneficiado é o jurisdicionado”, avalia a juíza.

De acordo com a magistrada, o programa foi concebido com foco nas varas criminais, que realizam o maior volume de audiências. Na primeira fase do projeto, o TJMG implantou o sistema em 20 varas e unidades jurisdicionais da comarca de Belo Horizonte. Em seguida, a iniciativa foi expandida para outras cinco varas e unidades jurisdicionais do interior do Estado. Foram priorizadas as comarcas de Conselheiro Lafaiete, Contagem, Vespasiano e Ribeirão das Neves.

A próxima fase de expansão, já iniciada, atingirá as varas e unidades jurisdicionais criminais das comarcas de entrância especial. O projeto atende a uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



No Tribunal mineiro, o programa foi concebido com foco nas varas criminais, que realizam um maior volume de audiências



Marcelo Albert

“A MÚSICA TEM FUNÇÃO TRANSFORMADORA NA VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. ELA ELEVA A AUTOESTIMA, EXERCITA A PACIÊNCIA, ENCORAJA E ESTIMULA O TRABALHO EM EQUIPE.”

Desembargador Wagner Wilson

Com o olhar na infância e na juventude

Descobrir talentos, dar voz ao adulto que, na infância ou na adolescência, viveu em instituições de acolhimento, inserir adolescentes em conflito com a lei no mercado de trabalho, garantir o acesso de jovens a atividades culturais e esportivas, enfim, sensibilizar-se com a causa da infância e da juventude.

Para atender a essas propostas, várias ações foram desenvolvidas, com o apoio e o incentivo da Presidência. Projetos foram aprimorados e outros implementados, sempre com a atenção voltada para o bem-estar de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Entre as muitas iniciativas, destaca-se a Cantata de Natal, que reuniu, em suas duas edições, crianças e adolescentes integrantes do Coral e da Orquestra Infantojuvenil do TJMG. Dispostos nos janelões e na escada-

ria do Palácio da Justiça, eles encantaram e sensibilizaram organizadores, familiares e o público em geral.

O coral é integrado por crianças e adolescentes da comunidade do Morro do Papagaio, localizada em Belo Horizonte. Já a orquestra é formada por filhos de servidores do Judiciário, jovens que vivem em instituições de acolhimento da cidade, adolescentes trabalhadores e jovens da comunidade em geral. A formação eclética do grupo permite a convivência entre crianças e adolescentes de diferentes realidades.

Conte sua História

Outro projeto de destaque foi o lançamento do livro *Conte sua História: a vida de crianças e adolescentes institucionalizados em Minas Gerais*, lançado em outubro de 2015. A publicação trouxe 23 relatos de

homens e mulheres, com idades entre 18 e 65 anos, que viveram em instituições de acolhimento em algum momento da infância e/ou da adolescência. A proposta foi dar voz a esses personagens e, dessa forma, conhecer e divulgar histórias de abandono e solidão, aprendizado e superação.

Também se buscou, com a obra, sensibilizar todos que se dedicam à infância e à juventude, em especial, magistrados e servidores do Poder Judiciário, e com isso contribuir para o aprimoramento do trabalho por eles desenvolvido.

“A publicação é um marco na história do Judiciário mineiro, pois sinaliza um tempo de acolhimento e de visibilidade a heróis anônimos. Mostra também um passado que, na maioria das vezes, não mais se quer repetir em termos de tratamento da criança e do adolescente.”

Desembargador Pedro Bitencourt Marcondes

“Embora possa parecer impossível, aqueles que vivenciaram a exclusão, o abandono e a violência se tornaram e se tornarão cidadãos, homens públicos, trabalhadores, pais e mães de família, mostrando força para vencer os obstáculos.”

Desembargador Wagner Wilson

Infância e juventude como foco

Na ocasião do lançamento do livro, foi aberta também a mostra fotográfica *Infância e Juventude: novos olhares – Expresso Coinj*. A exposição retrata momentos vivenciados por crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento. O Expresso Coinj é um projeto que oferece a esses jovens, no interior e na capital, atividades recreativas e culturais, apresentando-lhes novas perspectivas.

Projeto Porto

Outro projeto de relevância lançado pela Coinj é o Programa de Orientação, Trabalho e Oportunidades (Porto), que tem o *slogan* “Jovens partindo para novas atitudes”. O objetivo é oferecer capacitação a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa ou protetiva e integrá-los ao mercado de trabalho.

O projeto vai contribuir para a promoção social de 120 adolescentes por ano, sendo que, em sua primeira fase, 34 jovens serão contratados para atuar nas varas da fazenda pública da Comarca de Belo Horizonte. A capacitação e a contratação são viabilizadas por meio de convênio entre o TJMG e a Associação Profissionalizante do Menor (Assprom).

Os adolescentes cumprirão jornada diária de seis horas e receberão um salário mínimo, vale-refeição e vale-transporte. Em contrapartida, deverão man-



Renata Caldera

“Não podemos negligenciar as crianças e os adolescentes. Deles depende o futuro do País”

Desembargador Wagner Wilson

ter-se frequentes na escola e não poderão reincidir. O Porto prevê ainda a realização de atividades esportivas e culturais.

Centro de Defesa dos Direitos

Outra conquista nessa área é o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e da Juventude, localizado na Avenida Olegário Maciel, 515, em prédio cedido pelo Banco do Brasil. O espaço vai contar com a Vara Especializada em Crimes Contra a Criança e o Adolescente (instalação autorizada em 2013) e terá sala de depoimento especial, representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Polícias Civil e Militar, além de

“O projeto Porto visa permitir que os jovens tracem uma nova rota em suas vidas. E cabe a nós, que desejamos a inserção desses jovens no mercado de trabalho, dar o exemplo.”

Desembargador Wagner Wilson

serviços afins da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. As obras de ambientação para acolher o centro já se iniciaram.

A proposta é ampliar a responsabilização de agressores e proporcionar atendimento humanizado às vítimas.

Projeto “No Fundo, Justiça”

Em fase de finalização, o projeto “No Fundo, Justiça” busca obter recursos para o Fundo da Infância e da Adolescência (FIA), por meio da destinação de até 6% do imposto de renda devido por magistrados e servidores, com posterior reembolso. Os valores serão repassados a entidades de atendimento à infância e à juventude. O projeto foi regulamentado em 2012.

Além desses, a Coinj vem aprimorando e expandindo outros projetos sociais voltados para a infância e a juventude e lançados em administrações anteriores. Um deles é o Tô Legal, que garante a adolescentes em conflito com a lei o acesso à documentação básica.

Espaço para a música

Segundo o desembargador Wagner Wilson, a parte administrativa da Coinj funciona no Palácio da Justiça (Avenida Afonso Pena), e a escola de música que concentra as atividades de formação do Coral e da Orquestra Infantojuvenil funciona no 25º e no 26º andares do Edifício Mirafiori. “Esse espaço foi uma conquista obtida por esta administração, que firmou, em sistema de comodato, contrato com o estado para utilização do local”, explicou.

Cantata de Natal

A música e o seu poder transformador



Marcelo Albert

Exposição Infância e Juventude: novos olhares – Expresso Coinj

De caráter itinerante, mostra retrata adolescentes e crianças em atividades culturais e esportivas promovidas pelo Expresso Coinj



Marcelo Albert

**PELA CULTURA DO RESPEITO ENTRE HOMEM E MULHER
DO AFETO
DA COMPREENSÃO
DA VALORIZAÇÃO**

**PELA CULTURA DO RESPEITO A TODOS OS GÊNEROS
DO AFETO
DA COMPREENSÃO
DA VALORIZAÇÃO**

PELA CULTURA DA PAZ



**"Que nada nos defina. Que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja a nossa própria substância."**

Simone de Beauvoir



Violência contra a mulher em discussão nas escolas

PROJETO QUE ORIENTA JOVENS SOBRE A LEI MARIA DA PENHA TEM FOCO NA PREVENÇÃO

Adolescentes da rede pública de ensino reunidos e atentos. O assunto é de interesse e atrai a participação do jovem público. As informações e as orientações sobre violência doméstica são transmitidas em forma de bate-papo por magistrados, psicólogos, estudantes de direito e servidores do Judiciário. Nesse espaço de debate informal, adolescentes sentem-se confortáveis para fazer perguntas e até mesmo para relatar situações presenciadas e experimentadas.

A atividade integra o projeto “Justiça Vai à Escola: chega de violência domésti-

ca”, lançado em agosto de 2014. Desenvolvido pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) em parceria com a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, o projeto conta com a participação do grupo teatral A Torto e a Direito, da UFMG.

O objetivo dessa iniciativa é informar, orientar e alertar jovens sobre as várias formas de violência doméstica e familiar praticadas e, assim, contribuir para que eles não se tornem vítimas nem

“O projeto ‘Justiça Vai à Escola: chega de violência doméstica’ pretende alcançar resultados a médio e a longo prazo, fomentando na juventude a discussão sobre o tema, orientando os adolescentes que vivenciam essa situação e conscientizando-os para que não se tornem futuras vítimas e agressores”

Desembargadora
Evangelina Castilho Duarte

Direitos da mulher

agressores, nem reproduzam comportamentos vivenciados. Com uma linguagem acessível, magistrados apontam atitudes, muitas vezes iniciadas na fase de namoro, que vão se agravando ao ponto de se transformarem em casos de violência doméstica e familiar.

As escolas visitadas localizam-se em regiões com registros elevados de violência doméstica. A atividade busca sensibilizar os integrantes dessas comunidades, de modo que se tornem, a médio e longo prazo, agentes de transformação social, combatendo e denunciando essa forma de violência.

Jovens transformadores

Integrando a proposta do “Justiça Vai à Escola: chega de violência doméstica”, foi lançado o projeto Jovens Transformadores, que prepara estudantes de direito para proferir palestras em escolas das redes pública e privada de ensino sobre temas relacionados à violência contra a mulher. A capacitação dos jovens, primeira etapa do projeto, já foi iniciada.

Combate aos crimes ganha reforço

Além da implementação do projeto “Justiça Vai à Escola: chega de violência doméstica”, a Comsiv deu importantes passos nesta gestão, por meio da adoção de iniciativas com grande alcance social. Entre elas, a instalação de mais uma vara especializada na Lei Maria da Penha.

A Comsiv realizou também cursos jurídicos da Lei Maria da Penha e implantou, em parceria com universidades, projetos direcionados ao atendimento de vítimas de violência doméstica e ao encaminhamento de agressores a grupos de recuperação.

Agora, são quatro varas especializadas

A instalação da 16ª Vara Criminal trouxe alento para o árduo trabalho das



“A Comsiv tem difundido o conhecimento sobre a Lei Maria da Penha para promover uma cultura de igualdade entre homem e mulher”

Desembargadora Evangelina Castilho Duarte

três varas especializadas em crimes relacionados à Lei Maria da Penha até então existentes, atendendo também às reivindicações da sociedade de maior agilidade no julgamento desse tipo de processo. A nova estrutura permitiu melhores condições de trabalho para os juízes e os servidores das varas especializadas.

Com a proposta de informar e alertar a sociedade em geral, a Comsiv mantém ainda uma coluna semanal no Facebook. São divulgados nesse espaço dados sobre a Lei Maria da Penha, orientações sobre os tipos de violência doméstica e familiar, além das ações desenvolvidas pela coordenadoria. A iniciativa tem o



Marcelo Albert

apoio da Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) do TJMG.

Parcerias

Convênios com universidades aprimoraram o trabalho de encaminhamento dos homens agressores a grupos de recuperação e reeducação, auxiliando, dessa forma, a atuação dos juízes das varas especializadas na Lei Maria da Penha.

Outro ganho obtido por meio de parcerias com universidades foi o reforço na elaboração de laudos de psicologia, que servem de subsídio às decisões judiciais e auxiliam os magistrados no deferimento ou não das medidas protetivas.

Durante esta gestão, a Comsiv realizou também, por meio de parcerias com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), cursos jurídicos da Lei Maria da Penha, capacitando cerca de 1.300 participantes, entre magistrados, servidores, estudiosos, profissionais e estagiários. Além desses cursos, palestras e seminários sobre o tema foram realiza-

dos, com a presença de personalidades nacionais e estrangeiras.

Esforços concentrados

O TJMG apoiou a campanha Justiça pela Paz em Casa, proposta pela ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia Antunes Rocha, com a realização de audiências e julgamentos concentrados em 2015 e em março de 2016.

Além da edição de março, mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, duas outras foram realizadas em 2015. Nos três eventos, contabilizaram-se 4 mil audiências e 2 mil sentenças proferidas.

Em março de 2016, 866 audiências foram realizadas e 840 sentenças proferidas. Todas as quatro varas especializadas participaram da iniciativa.

Em 2016, a Comsiv preparou também várias atividades culturais para homenagear as mulheres e conscientizar os cidadãos para a necessidade de uma sociedade igualitária e justa.



Dados

Programa "Justiça Vai à Escola: chega de violência doméstica"

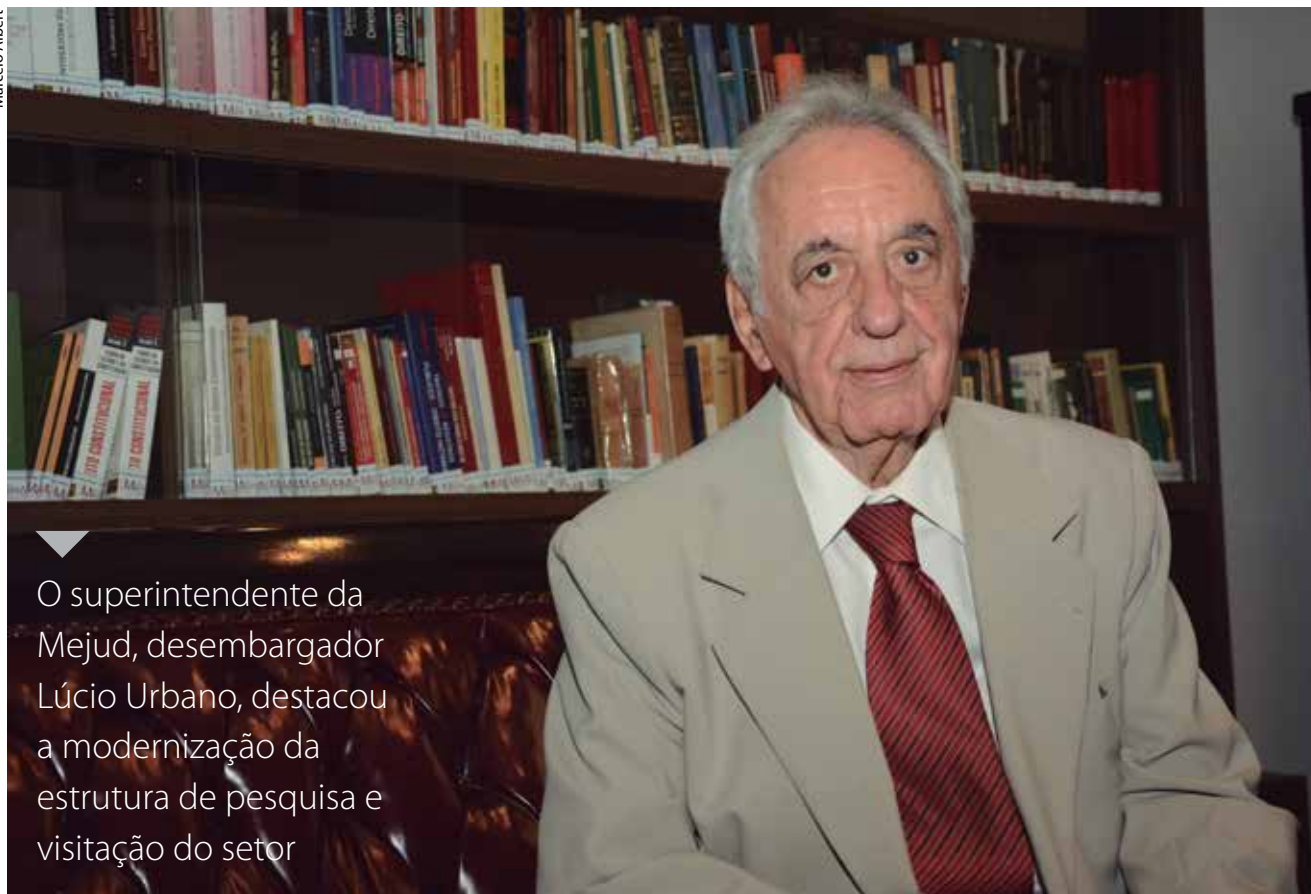
Alunos participantes:
cerca de 2.000

Idade:
Entre 15 e 18 anos

Número de escolas visitadas:
20 (da implantação do projeto, em agosto de 2014, até o final de 2015)

Localização das escolas por região:
Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova.

Previsão para 2016:
10 escolas devem receber o programa



O superintendente da Mejud, desembargador Lúcio Urbano, destacou a modernização da estrutura de pesquisa e visitação do setor

Livro conta história das comarcas de Minas

“Minas são muitas.” Essa definição de Guimarães Rosa traduz, com perfeição, a diversidade de nosso estado. São muitas histórias escritas ao longo do tempo, nos seus 586 mil quilômetros quadrados de extensão. Na esfera do Judiciário também a história foi se construindo: comarcas sendo criadas e instaladas aqui e ali, demandas se intensificando e magistrados cada vez mais atentos aos anseios de uma sociedade consciente dos seus direitos.

Com a proposta de recuperar e divulgar registros históricos das comarcas de Minas – o ano de sua criação, os nomes dos juízes que por elas passaram, as mudanças vivenciadas, entre outras curio-

sidades e informações –, a Memória do Judiciário Mineiro (Mejud), em parceria com a Imprensa Oficial de Minas Gerais (IOMG), lançou, neste mês de junho, o livro *Comarcas de Minas*. A obra, resultado de seis anos de pesquisa, pode ser apreciada nas suas 1.700 páginas, divididas em três volumes e dedicadas a preservar a história das 296 comarcas de Minas.

A publicação apresenta a formação do território de Minas Gerais, reunindo todo o processo de formação e evolução da divisão judiciária mineira, paralelamente ao conjunto de mudanças sucessivas da divisão eclesiástica e administrativa do estado. Inclui a relação das comarcas, com um breve histórico de sua

criação, supressão, restauração e as várias denominações que receberam, bem como a classificação quanto à entrância e leis de referência, de forma cronológica, de 1711 a 2014. A obra traz ainda quadros analíticos da organização administrativa e judiciária.

Museu virtual

As peças e os documentos históricos do Judiciário mineiro podem ser conhecidos através do Museu Virtual, ferramenta de visitação dos ambientes expositivos pela internet. Já se encontra em andamento a criação de um *hotsite* para abrigar o Museu Virtual, que vai também incorporar vídeos do projeto História Oral, a ser constituído



Renata Caldeira



Marcelo Albert



A obra, dividida em três volumes, conta a história das comarcas

O Museu da Mejud abriga um rico acervo constituído por objetos e documentos históricos. Funciona no Palácio da Justiça Rodrigues Campos, em Belo Horizonte

de entrevistas filmadas com magistrados e servidores que testemunharam fatos relevantes da vida jurídica estadual. O *hotsite* incluirá ainda um vídeo institucional em 3D e será apresentado por um mascote virtual, cujo nome, Arthur, foi escolhido por meio de enquete no TJMG.

Somam-se a esses projetos diversas atividades rotineiras desenvolvidas pela Mejud, que auxiliam na preservação, na compreensão e na divulgação da história da Justiça mineira. Na área de pesquisa, o setor atende solicitações de magistrados e servidores e produz cópias de documentos e fotografias do acervo. Outra atividade é o envio semestral de notas históricas e notas biográficas de desembargadores para pu-

blicação na *Revista da Jurisprudência Mineira*. A Mejud também realiza exposições permanentes, temporárias e itinerantes de peças de seu acervo, programas de visitas para estudantes e pesquisadores.

Segundo o ex-presidente do TJMG e atual superintendente da Mejud, desembargador Lúcio Urbano Silva Martins, de junho de 2014 a junho de 2016, na gestão liderada pelo presidente Pedro Carlos Bittencourt Marcondes, a Mejud traçou um planejamento de modernização de sua estrutura de visitação e pesquisa. “Visando fortalecer a imagem institucional, o setor desenvolveu projetos que estimulam a importância de preservar o passado”, destacou o magistrado.

Saiba mais

- A Mejud recebeu, nesta gestão, mais de 12 mil visitantes brasileiros e estrangeiros, que prestigiaram suas exposições e participaram de seminários e eventos coordenados pelo setor.
- A exposição “Fato do Mês”, de caráter itinerante, divulga objetos e documentos do acervo da Mejud, de relevância histórica, jurídica e artística.
- Na 13ª Semana dos Museus, em maio de 2015, alunos do Instituto de Educação de Minas Gerais participaram no Palácio da Justiça de oficina de confecção de câmeras fotográficas com material reciclável e criaram narrativas com as imagens produzidas.
- Em setembro de 2015, a Mejud organizou e sediou o III Seminário Internacional Ciência e Museologia, em parceria com a Escola de Ciência da Informação da UFMG e o Grupo de Pesquisa e Estudos em Museologia, Arte, Estética na Tecnologia, Educação e Ciência (Musaetec).

Rua do Respeito promove a cidadania de pessoas em situação de rua

Invisíveis, excluídas e desprovidas de direitos. As pessoas em situação de rua vivem à margem da sociedade e dependem de políticas públicas que possam dar visibilidade e voz a elas, na conquista de direitos básicos, como moradia e alimentação. A fim de mobilizar, articular e integrar esforços em prol dessa população, surgiu o projeto “Rua do Respeito: todos temos direito a ter direitos”.

Resultado de um termo de cooperação técnica (TCT) assinado em maio do ano passado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), pelo Ministério Público de Minas Gerais e pelo Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas), o projeto busca viabilizar ações voltadas para promover o exercício da cidadania dessa comunidade.

Audiências públicas no interior de Minas, para discutir aspectos relacionados à moradia, ao trabalho, à renda, à assistência social e à saúde dessas pessoas são algumas das iniciativas do projeto. Ipatinga, Juiz de Fora, Uberlândia, Montes Claros, Manhuaçu e Governador Valadares foram as comarcas que receberam as audiências,

em encontros que contaram com participação de juizes e promotores e resultaram na confecção de várias recomendações.

Uma das ações, de impacto imediato na vida dessas pessoas, é a Rua dos Direitos, que leva diversos serviços públicos a logradouros das cidades. Em setembro do ano passado, a ação foi realizada na rua Conselheiro Rocha, na capital, em uma região muito frequentada por pessoas em situação de rua. Ali, elas puderam fazer documentos, como identidade e carteira de trabalho, e receber atendimento médico e jurídico.

Um dos desdobramentos do projeto, de acordo com a juíza auxiliar da Presidência Lilian Maciel, foi a Recomendação Conjunta 1/CGJ/2015, assinada em outubro do ano passado pelas corregedorias do TJMG e do Ministério Público.

O foco do projeto é transformar, por meio do respeito e de ações práticas, a vida das pessoas que vivem em situação de rua em Minas Gerais

Entre outros pontos, o documento recomenda a adoção de medidas para priorizar processos e procedimentos que tenham como objeto a efetivação e a garantia dos direitos sociais das pessoas em situação de rua e a responsabilização dos sujeitos violadores desses direitos.



Uma das ações do projeto é a Rua dos Direitos, que leva serviços básicos a logradouros das cidades. Na foto, a ação em BH, em setembro do ano passado



“Por meio da iniciativa, o TJMG assume sua responsabilidade em relação ao

problema das pessoas em situação de rua. É uma forma de demonstrar que a instituição é sensível a esta causa. Pretendemos também sensibilizar a sociedade para os direitos desse público”

Juíza auxiliar da Presidência Lilian Maciel



Marcelo Albert

Principais Ações

- Assinatura do termo cooperação técnica pelo TJMG, pelo Ministério Público de Minas Gerais e pelo Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas).
- Audiências públicas em Ipatinga, Juiz de Fora, Uberlândia, Montes Claros, Manhuaçu e Governador Valadares.
- Primeira edição da Rua de Direitos em Belo Horizonte, com a disponibilização de vários serviços públicos à população de rua.
- Adesão de várias instituições de ensino superior e órgãos e secretarias do Governo.
- Participação dos clubes Atlético e Cruzeiro no combate ao preconceito.
- Lançamento da 2ª edição livro Direitos Fundamentais das Pessoas em Situação de Rua.
- Criação do Comitê PopRua com a participação do TJMG.
- Recomendação conjunta das Corregedorias TJMG e MPMG.
- Cursos profissionalizantes de pedreiro e eletricista e oficina Plano de Negócio para Começar Bem.
- Assinatura de um memorando de entendimento com o Programa de Voluntários das Nações Unidas (VNU).

RUA DO RESPEITO

Todos temos direito a ter direitos

“Com o projeto Rua do Respeito, o TJMG pretende dar concretude e efetividade às políticas públicas definidas para a população de rua, por meio do Decreto Nacional 7.053. É preciso garantir a elas o mínimo existencial”

Juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, Sérgio Fernandes, um dos representantes do TJMG na iniciativa

Promoções e remoções: sistema facilita processamento

Primeiro, implantou-se o formulário eletrônico; depois, um sistema informatizado para processar as promoções e remoções. A medida modernizou um aspecto da rotina dos magistrados: ao invés de utilizar papel, o juiz faz sua inscrição *online* e tem, imediatamente, informações sobre suas possibilidades de êxito.

Atendendo à determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o estado foi dividido em regiões. Assim, para as promoções e remoções, além dos critérios da conveniência administrativa e da antiguidade, é observada a regionalização.

A medida ajuda o juiz a construir sua história, facilita o trabalho de todos



Renata Caldeira

e oferece mais segurança, como explica a juíza auxiliar da Presidência Eveline Mendonça Félix Gonçalves, superintendente da área de Recursos Humanos.

Divisão do trabalho

Comarcas e varas com muita distribuição de processos e outras com número bem menor. O TJMG estuda alternativa para distribuir a força de trabalho de forma mais equânime. Para isso, está sendo elaborado o mapa de produtividade. Assim, é possível ter elementos seguros para que a Presidência faça as designações.

“O que não se conhece ou não se mede não pode ser administrado.”

Segundo dados de 12 de abril de 2016, existem 77 comarcas sem juiz titular, onde um magistrado de outra comarca responde pela jurisdição. Há também vagas de juiz de direito substituto. No final de fevereiro, foram empossados 20 juizes.

No total, 75 foram aprovados no último concurso, mas não puderam ser chamados por causa dos limites que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece para as despesas com a folha de pessoal.

“A eficácia da gestão está, diretamente, relacionada ao conhecimento da realidade da instituição – dos valores humanos e da cultura organizacional às questões técnicas e jurídicas; da parte financeira e orçamentária à situação estrutural e instrumental. É preciso ainda estar a par de como se dão as relações internamente e com os diversos segmentos de público, incluindo parceiros, partes do processo, outras instituições e sociedade. O planejamento estratégico parte desse conhecimento e o seu êxito depende, essencialmente, do engajamento das pessoas. São elas que fazem a diferença. Esta gestão buscou, desde o início, a aproximação com magistrados e servidores, buscando maior interlocução, melhorias na organização do trabalho e na sistematização das informações, com o objetivo principal de aprimorar os serviços prestados ao cidadão. Como superintendente da área de Recursos Humanos, acompanhei do esforço do presidente Pedro Bitencourt nesse sentido; fiz parte e atuei dentro dessas diretrizes. Muitos resultados podem ser percebidos; outros virão com o tempo. Sementes estão plantadas.”

Juíza auxiliar da Presidência Eveline Mendonça Félix Gonçalves

Teletrabalho: mudança de cultura

PROJETO-PILOTO FOI IMPLANTADO EM ABRIL DESTE ANO

Sai de cena a cultura da jornada, com ponto de entrada e saída do servidor registrado eletronicamente; entra a cultura do trabalho por produtividade, com base em metas previamente traçadas. A novidade foi introduzida pelo teletrabalho, que se tornou realidade neste semestre para um grupo de servidores do Judiciário mineiro, por meio de um projeto-piloto que reforça a marca da inovação, característica da atual gestão.

No Tribunal mineiro, o projeto-piloto abrange, exclusivamente, os trabalhos com processos eletrônicos

No Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o projeto-piloto do teletrabalho – o trabalho à distância, desenvolvido por meio remoto – foi iniciado em abril de 2016. A possibilidade surgiu com o processo eletrônico. Para a experiência-piloto, foram selecionadas quatro varas da Comarca da capital e um grupo de servidores dos Juizados Especiais e da Segunda Instância, indicado por seus gestores, com base em seus perfis.

O teletrabalho, que surge na esteira das novas tecnologias, criando novas re-

lações de trabalho, representa um desafio para a gestão de pessoas. “Ele exige uma mudança de cultura, em todas as esferas: da alta administração do TJMG, passando pelos gestores da Casa e pelos teletrabalhadores”, observa a juíza auxiliar da Presidência, Lisandre Figueira.

A magistrada observa que essa forma de se trabalhar exige a ruptura com a ideia de cumprimento de jornada, que prescinde da presença física do servidor em unidade do Judiciário mineiro, para dar lugar a uma cultura na qual o importante seja a entrega do servidor. Como preparatório para o início do projeto, houve a capacitação dos teletrabalhadores, por meio de curso, quando eles receberam informações sobre administração de tempo e orientações ergonômicas, entre outras.

Produtividade e qualidade

São vários os benefícios que o teletrabalho pode proporcionar. Para o Tribunal mineiro, há a expectativa de aumento de produtividade, sem prejuízo da qualidade dos serviços, tendo em vista experiência em outros tribunais.

Para os servidores, o trabalho à distância tende a proporcionar maior quali-



dade de vida, liberando o teletrabalhador para mais tempo de convívio com a família ou para o autocuidado, por exemplo, já que ele economizará tempo de deslocamento até o local de trabalho. “Em tribunais onde a iniciativa já acontece, houve redução no absenteísmo por licença médica”, conta a juíza auxiliar. Para o servidor, há ainda a diminuição de custos relacionados a deslocamento, alimentação fora de casa e até mesmo vestuário.

“Há ainda o viés da sustentabilidade ambiental”, ressalta a juíza Lisandre,



referindo-se ao fato de que um dos grandes problemas das grandes cidades é a mobilidade urbana e a emissão de gases pelo grande volume de carros circulando nos grandes centros. O teletrabalho é uma modalidade de prestação de serviço que, em grande escala, contribui para minimizar impactos ambientais relacionados a esses dois pontos.

No TJMG, o projeto-piloto abrange, exclusivamente, o trabalho com processos eletrônicos. De acordo com a juíza Lisandre, passada a fase em caráter expe-

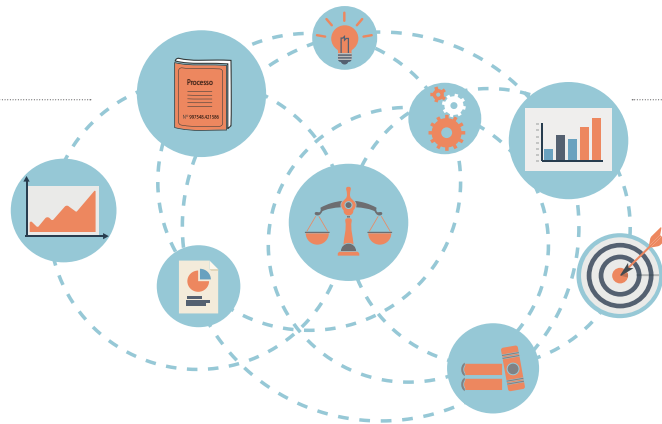
rimental, caso haja a institucionalização do projeto, os servidores interessados em trabalhar de maneira remota deverão ser escolhidos por meio de processo seletivo.

Vantagens do teletrabalho

- Melhoria da qualidade de vida do servidor
- Redução de custos para o TJMG, com água, energia e infraestrutura
- Aumento da produtividade individual, sem comprometimento da qualidade do serviço
- Contribuição para o meio ambiente

“O teletrabalho exige uma mudança de cultura, em todas as esferas:

da alta administração do TJMG, passando pelos gestores da Casa e pelos teletrabalhadores”, observa a juíza auxiliar da Presidência Lisandre Figueira



Plano de carreiras: fator de motivação

O plano de carreiras é o instrumento para garantir o desenvolvimento na carreira de forma objetiva, democrática e transparente, com a definição de contrapartidas para a instituição e consequentes melhorias profissionais e remuneratórias para os servidores.

“O desenvolvimento na carreira resulta de uma conjugação de fatores, entre eles, tempo de trabalho, mérito ou desempenho profissional, investimentos em aprimoramento. Trata-se de um mecanismo para obter mais motivação, melhoria do clima institucional e, portanto, mais produtividade ou mais resultados”, frisa a juíza Eveline Mendonça.

Nesta gestão foi proposta a alteração da Resolução 367/2001, que regulamenta as atribuições dos cargos e o plano de carreiras dos servidores, incluindo os processos seletivos para concorrer às vagas nas classes subsequentes.

Reivindicações

Entre as reivindicações dos servidores do TJMG estão a redução do tempo para obter a primeira promoção vertical (mudança de classe), como forma de melhorar os vencimentos iniciais e evitar a evasão; a unificação das carreiras da Primeira e da Segunda Instâncias; o estabelecimento de percentual do orçamento

para as despesas com as promoções verticais; até mesmo a garantia de promoção vertical para todos os servidores que atendam aos pré-requisitos, sem limitação do número de vagas, entre outras.

Nova proposta

O grupo de trabalho instituído para alterar a Resolução 367/2001 considerou a realidade orçamentária e financeira do Tribunal de Justiça e os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal para apresentar a proposta à Presidência do TJMG.

A limitação de cursos para concorrer às vagas, bem como a adequação destes à função exercida, foi uma das medidas apresentadas. A legislação vigente permite número indefinido de cursos, o que leva à priorização da quantidade em detrimento da qualidade.

Outra mudança está relacionada à atribuição de pontos para o exercício ou substituição em cargo comissionado. Foi acatada pelo grupo de trabalho a sugestão de abrir os editais de promoção anual-

mente, em agosto, bem como pontuação diferenciada para cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado.

Passo a passo: instituição do grupo de trabalho – elaboração dos estudos – sugestão dos servidores e entidades de classe – proposta consolidada para apreciação da Comissão Administrativa – encaminhamento ao Órgão Especial.

Atualização das atribuições dos cargos

Além da atualização dos critérios para o desenvolvimento na carreira, foram revistas as atribuições dos cargos dos quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância, a fim de adequá-las aos novos processos de trabalho implementados pelo TJMG e às alterações legislativas.

As atribuições foram descritas de modo mais sucinto e objetivo com vistas a se adaptarem ao cenário institucional, incorporando rotinas e processos de trabalho, inclusive, aqueles relativos ao Processo Judicial eletrônico (PJe).

Participação

O grupo de trabalho recebeu 108 e-mails (21 de abril a 5 de maio de 2015):

- 18 mensagens enviadas por servidores da Comarca de Belo Horizonte;
- 18 por servidores de 16 unidades da Segunda Instância;
- 74 por servidores de 53 comarcas diferentes.
- Proposta conjunta do Sindicato dos Servidores da Justiça de Segunda Instância do Estado de Minas Gerais (Sinjus) e do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais (Serjusmig)
- Proposta do Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado de Minas Gerais (Sindojus)

Sempre é tempo para melhorias: Trabalho Solidário Remoto e Intimafone

No finalzinho da gestão, novas iniciativas foram implementadas com o objetivo de melhorar o desempenho da Primeira Instância. Isso só vem confirmar o fôlego do presidente Pedro Bitencourt de buscar o aprimoramento das comarcas e de tomar decisões até o último instante da gestão, enfatizam as juízas auxiliares Lisandre Figueira e Eveline Mendonça.

Trabalho Solidário Remoto

Implantado em 13 de junho deste ano como projeto-piloto, o Trabalho Solidário Remoto (TSR) prevê a cooperação de unidades judiciárias que apresentam menor

carga de trabalho e bom índice de produtividade com varas com alta distribuição e elevada produtividade. Dez servidores de cinco comarcas (Bonfim, Ferros, Martinho Campos, Belo Vale e Iguatama) participam da iniciativa.

Não é necessário deslocamento. À distância, os servidores de Bonfim, Ferros e Martinho Campos começaram a cooperar com a 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias; e os de Belo Vale e Iguatama, com a 9ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte. O projeto só foi possível graças ao Processo Judicial eletrônico (PJe), que possibilita equacionamento da força de trabalho.

De 30 de maio a 10 de junho, os ser-

vidores participaram de um curso de capacitação que lhes ofereceu o conhecimento técnico necessário para a realização do trabalho remoto a partir do sistema PJe.

Intimafone

A ideia do Intimafone veio do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), a confirmar que o intercâmbio de experiências exitosas já se consolida no Judiciário brasileiro. O projeto-piloto também foi implantado em Minas, no último mês da gestão. Assim, intimações começaram a ser feitas por telefone no Juizado Especial da capital, com a utilização do Sistema VoIP, que tem baixo custo.



Todas as intimações ficam gravadas, e é gerado relatório para controle. Existe roteiro para orientar o servidor no momento de fazer as intimações, o que facilita e agiliza o trabalho.

No TJSC, considerando as 2.248 chamadas realizadas desde a implantação do projeto em julho de 2012, as despesas com as intimações foram reduzidas de R\$ 15.736 – custo da correspondência AR/MP – para R\$ 415,50 – custo da telefonia VoIP.

Entre as vantagens obtidas com o Intimafone, além da economia de recursos, estão economia de tempo, racionalidade no uso da mão de obra, maior segurança e eficácia do procedimento. O Intimafone é, portanto, mais sustentável, inclusive pelo fato de eliminar o uso de papel e fotocópias.

Renata Caldeira



Servidores participam do curso de capacitação

Centros de conciliação se espalham pelas comarcas de Minas

JÁ SÃO MAIS DE 60 UNIDADES EM TODO O ESTADO; DUAS DELAS TRATAM DE TEMAS ESPECÍFICOS: O CEJUS SOCIAL E O CEJUS AMBIENTAL

Marcelo Albert



Dialogo, cooperação, solução compactuada. O trabalho nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) segue esses caminhos. Os Cejus concentram a realização das audiências e sessões de conciliação e mediação processuais e pré-processuais, bem como o serviço de atendimento e orientação ao cidadão.

Na atual gestão, os Cejus tiveram grande impulso, espalhando-se por diversas comarcas mineiras. Até 16 de junho deste ano, já havia 61 unidades em toda Minas Gerais. Apenas no ano de 2015, foram 38 Cejus instalados, número quase quatro vezes superior ao de unidades instaladas em 2014 – o crescimento foi de 380%.

A instalação dos Cejus exigiu da Casa um grande movimento: do contato com magistrados e representantes de universidades e prefeituras, possíveis parceiros na iniciativa, a cursos, como os de capacitação nas áreas de mediação e conciliação, entre outras atividades.

Social e Ambiental

Esta gestão viu surgir, ainda, duas unidades com caráter especial: o Cejus para Demandas Ambientais de Grande Repercussão Social (Cejus Ambiental) e o Cejus para Demandas Territoriais Urbanas e Rurais e de Grande Repercussão Social (Cejus Social).

▶ No Cejus de Belo Horizonte, em 2015, foram cerca de 4,5 mil acordos realizados. No período, a média de sentenças homologatórias, por vara, na capital, ultrapassou o número de 13,5 mil

O Cejus Social foi instalado pelo Tribunal mineiro em 1º de julho de 2015 e é o primeiro do gênero no país. Sediado na comarca de Belo Horizonte e com abrangência em todo o Estado, ele concentra a solução de demandas sociais – conflitos agrários, conflitos relacionados a invasões de terra e outras demandas territoriais, urbanas e rurais e de grande repercussão social.

Apenas no ano de 2015, foram 38 Cejus instalados, número quase quatro vezes superior ao de unidades instaladas em 2014 – o crescimento foi de 380%

Durante o discurso na solenidade de instalação do Cejus Social, o presidente Pedro Bitencourt destacou a relevância da iniciativa, observando que ela reforçava a função social do Judiciário e transcendia os interesses individuais, pois diz respeito aos interesses da coletividade. “O direito à moradia, à terra e, como contraponto, o direito à propriedade precisam ser garantidos”, destacou na ocasião.

Diante da tragédia do rompimento da barragem de rejeito de mineração em Mariana, na região central do Estado, o TJMG tomou a iniciativa de criar o Cejus Ambiental. Também sediado na comarca da capital, ele foi criado em 14 de dezembro de 2015 para tratar de demandas relacionadas a danos ambientais de grande proporção. As sessões de conciliação e de mediação podem ser realizadas no fórum das comarcas onde ocorrer o conflito, utilizando a estrutura dos Cejus já instalados ou de qualquer comarca de Minas Gerais.



**CENTRO JUDICIÁRIO
DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA**

Novos Rumos: esforços para humanizar o cumprimento da pena

Marcelo Albert



Desembargador José Antônio Braga, coordenador executivo do programa Novos Rumos

Gerenciar iniciativas voltadas para o fortalecimento da humanização no cumprimento da pena, com foco na reinserção social e na melhoria da realização da Justiça: esse é um dos objetivos do programa Novos Rumos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

O incentivo ao aprimoramento e à expansão das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs) mereceu a atenção da administração. Audiências públicas foram realizadas em várias comarcas do estado com o objetivo de discutir a implantação da Apac. Cursos de capacitação para funcionários e administradores das Apacs também foram realizados no período.

Apacs instaladas

Nesta gestão, foram instaladas as Apacs de Patos de Minas, Salinas, Timóteo, Araxá e Nova Lima (feminina). Somam-se a essas ações seminários e encontros com presidentes das Apacs, nos quais foram debatidas estratégias para melhoria das Apacs mineiras, e a conclusão do curso de mecânica básica de automóveis por recuperandos de várias comarcas. A capacitação é fruto de uma parceria do programa Regresso, mantido pela organização Minas pela Paz, com o TJMG e outras instituições.

A Apac é uma entidade jurídica de direito privado que administra os Centros de Reintegração Social de presos. Sua metodologia leva em conta a aplicação de 12

elementos, entre eles, o trabalho, a religião, a família e a valorização humana.

Já são 40 unidades no estado

Atualmente, Minas conta com 40 unidades da Apac, entre masculinas e femininas, com 3.167 vagas. A Apac de Itaúna é a pioneira no estado, e sua experiência de sucesso tem atraído delegações nacionais e estrangeiras.

“A grande virtude da Apac é a oferta de um tratamento personalizado, diferenciado para o interno. Não há superlotação. Além disso, ao aderir, o recuperando precisa respeitar os valores daquela comunidade. E isso traz resultados muito mais efetivos no que concerne à ressocialização daquele indivíduo. Os menores índices de reincidência entre a população carcerária mineira estão entre aqueles internados no sistema Apac. Ainda há que se considerar o custo dessa internação, equivalente a uma terça parte do que o Estado gasta com o preso comum”, destacou o coordenador executivo do programa Novos Rumos, desembargador José Antônio Braga.

Remição da pena pela leitura

O programa Novos Rumos tem incentivado também o projeto de remição da pena pela leitura, já adotado nas Comarcas de Governador Valadares, Passos, Uberlândia, Varginha, Igarapé e Muriaé, entre outras. De acordo com o desembargador José Antônio Braga, a partir da experiência dessas comarcas, o Novos Rumos tem estimulado os juízes de varas de execução penal a adotar essa alternativa para reduzir o tempo



A arte é um dos recursos usados nas Apacs para recuperar pessoas

de cumprimento de pena.

Esse projeto, já consolidado em vários tribunais do País, atende a uma recomendação de 2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que propõe a instituição de projetos específicos de incentivo à remição pela leitura nos presídios estaduais e federais.

Mutirões do júri

Mutirões do júri foram realizados em várias comarcas em 2014 e 2015, em adesão à iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O esforço concentrado de juizes e servidores possibilitou o julgamento de 357 casos de crimes dolosos contra a vida.

Outras frentes

O Novos Rumos incentiva ainda a expansão do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ), que acompanha o portador de sofrimento mental que cometeu algum crime. A equipe multidisciplinar do PAI-PJ auxilia os juizes criminais na definição da melhor medida judicial a ser aplicada.

Outra frente de atuação do programa

Novos Rumos é o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), subordinado ao Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF), órgão do Conselho Nacional de Justiça.

Em reuniões periódicas, os juizes e desembargadores que integram o GMF discutem os principais temas que dizem respeito à execução da pena no estado, seja no sistema de presídio comum, seja no sistema Apac.

Também são analisadas as propostas para melhor condução dos trabalhos em cada vara especializada e nas varas mistas. Atualmente o maior empenho é pela utilização dos valores originários de penas pecuniárias em ações de cunho social, como foi destacado pelo presidente do TJ, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, em reunião especialmente convocada para tratar do tema. Sobre o projeto, que foi lançado naquela ocasião e incentiva a destinação de penas pecuniárias para a melhoria das condições dos presídios, das cadeias e dos centros de internação, o presidente ressaltou:

Nós do Poder Judiciário temos a atribuição de atuar como Estado-Juiz, ou seja, nossa missão é primeiramente decidir os conflitos de interesse e também aplicar a sanção penal.

É singelo imaginar que ao juiz cabe apenas estabelecer a pena para o indivíduo e encaminhá-lo ao Poder Executivo, para que este comande o cumprimento prisional.

Já evoluímos muito nessa interdependência. Já não se pode imaginar apenas a figura do antigo carcereiro a recolher pessoas e depositá-las, como verdadeiros objetos, nas cadeias e penitenciárias.

Ao juiz dos dias de hoje, atuando como fiscal da execução penal, cabe a tarefa de acompanhar o bom desempenho do sistema prisional e, também, em nome do nosso Poder Judiciário, fornecer meios para a melhor qualidade de vida do recuperando.

Presidente Pedro Bitencourt Marcondes

Serviço aprimorado e demandas em alta

Relatórios elaborados a cada 60 dias, com levantamento de tudo que foi objeto de demanda na Ouvidoria, revela uma curva ascendente de procura pelo setor, com alto grau de resolutividade. Nos meses de outubro e novembro de 2015, foram 1.154 expedientes, o que dá uma média de quase 30 expedientes/dia. O número representa um aumento de 27% em relação aos meses de agosto e setembro do ano passado e um incremento de 115% em relação ao mesmo período, em 2014.

Mudanças na rotina de trabalho da Ouvidoria foram implementadas desde julho de 2014, quando o presidente Pedro Bitencourt assumiu a Presidência do TJMG. O atendimento ao público passou a ser realizado em horário integral, das 8h às 18h, de segunda a sexta, pelo telefone 0800-283-3933, e também de forma presencial.

Quanto ao grau de resolutividade das demandas, ele está em cerca de 90%. “Isso significa que os magistrados compreendem o papel da Ouvidoria, que não é da Corregedoria, naturalmente, e há um sentido de cooperação muito efetivo. Se não houvesse essa compreensão pelos magistrados, poderíamos dotar a Ouvidoria da tecnologia que fosse e não alcançaríamos esses resultados. De fato, e de longe, esse é o item mais importante”, avalia o desembargador Moacyr Lobato

de Campos Filho, ouvidor do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Caminho certo

O aumento da demanda da Ouvidoria do TJMG, por parte dos cidadãos, revela que ela está no caminho certo. “De forma crescente, o cidadão busca, procu-

ra e serve-se da Ouvidoria na expectativa de que ela possa, de algum modo, contribuir, senão para solucionar um problema, para encaminhar uma solução”. Na visão do ouvidor, “ajudar a encaminhar soluções é o grande mote da Ouvidoria. Na medida em que o cidadão mais confia e mais procura a Ouvidoria, mais forte é o sinal de que a ela tem cumprido a contento a sua missão”.

Para maior aproximação com a sociedade, a Ouvidoria busca aperfeiçoar a comunicação. “A linguagem precisa ser coloquial e compreensível. Por isso, na página da Ouvidoria, no Portal TJMG, há um *link* para um dicionário de termos jurídicos mais comuns. Isso democratiza o espaço mas, sobretudo, amplia a com-



Renata Caldeira

“Tenho de agradecer, como ouvidor, a todos os magistrados e magistradas de Minas Gerais. Se a Ouvidoria tem cumprido seus propósitos e suas finalidades, isso se deve, essencialmente, à participação assertiva, solidária e cooperativa da magistratura mineira”, afirma o desembargador Moacyr Lobato

preensão das informações pelo cidadão e é algo que norteia nossos passos de maneira bem intensa”, acrescenta.

Interlocução

“Tenho a firme convicção de que a Ouvidoria pode e deve, de fato, desempenhar um papel altamente relevante na estrutura do Poder Judiciário. Ela tem por missão institucional servir como um canal de interlocução entre o Judiciário, no caso da Ouvidoria judicial, e os cidadãos. Essa é uma aproximação indispensável. Não estamos mais em uma época de juizes inalcançáveis; hoje vivemos outra realidade, e ela impõe essa aproximação maior, o que não significa o Judiciário renunciar a quaisquer de suas prerrogativas”, frisa o ouvidor.

À frente da Ouvidoria desde 31 de julho de 2015, ele assumiu o desafio de tornar esse canal um espaço efetivo para aproximar a sociedade da Justiça mineira, expandindo cada vez mais seus horizontes. “A Ouvidoria pode apontar caminhos e melhorias para o Judiciário mineiro, a partir das demandas que surgem”, avalia.

Canal direto

Uma importante novidade desta gestão foi ampliar o canal de comunicação com os cidadãos por meio de um formulário próprio, disponível no Portal TJMG: o Fale com a Ouvidoria. “Isso foi o resultado de um esforço comum entre a Ouvidoria e as áreas de Comunicação e de Tecnologia de Informação do Tribunal. Essas duas áreas compreenderam os fenômenos próprios da Ouvidoria e isso resultou em um melhor desenvolvimento de instrumental tecnológico à nossa disposição”, observa.

Com a ferramenta, esclarece o desembargador, os cidadãos passaram a

ter à disposição, no Portal TJMG, o Fale Conosco, que os direciona a um formulário que será encaminhado diretamente para esse setor. Ali, o cidadão preenche seus dados e identifica a sua demanda, indicando a razão pela qual ele procura a Ouvidoria. “Isso tem trazido um impacto direto tanto na produtividade quanto em acesso”, revela o magistrado.

Saiba mais:

- Mais de 2.700 demandas atendidas no segundo semestre de 2015
- Média atual de 860 demandas por mês
- Atendimento direto pelo Portal TJMG, por meio do Fale com a Ouvidoria
- Atendimento ao público em horário integral, das 8h às 18h, de segunda a sexta, pelo telefone 0800-283-3933
- Atendimento presencial, na sala da Ouvidoria, avenida Álvares Cabral, 200, 5º andar, Centro de Belo Horizonte

“É importante destacar o apoio irrestrito do desembargador Pedro Bitencourt, que tem colocado a Presidência ao lado da Ouvidoria, incentivando as iniciativas e promovendo a integração entre as diversas áreas do Tribunal; o relacionamento com a Corregedoria-Geral de Justiça, pautado por uma absoluta harmonia; e, o mais importante, a compreensão absoluta dos magistrados em relação ao nosso trabalho”



Marcelo Albert

O atendimento pelo 0800-283-3933 acontece de segunda a sexta, das 8h às 18h

1º Encontro Presidente e Gestores



"Gosto da gente exigente com seu pessoal e consigo mesma,
mas que não perde de vista que somos humanos
e que podemos nos equivocar."

Gosto da gente que pensa que o trabalho em equipe, entre amigos,
produz às vezes mais que os caóticos esforços individuais."

Trecho da poesia "Da gente que eu gosto" - Mano Benedetti

Diálogo institucional para construir uma gestão democrática

Em outubro e novembro de 2014, o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, recebeu os gestores de 1ª e 2ª Instância no Cine Brasil Vallourec, em Belo Horizonte, para falar sobre as diretrizes da gestão.



Por uma metáfora de ressignificação

Marcus Vinícius Mendes do Valle, juiz auxiliar da Presidência

É PRECISO QUE OS SERVIDORES PERCEBAM A IMPORTÂNCIA DE SEU EXISTIR PROFISSIONAL. NUMA ESPÉCIE DE 'METÁFORA DE RESSIGNIFICAÇÃO', ELES PRECISAM SE IMAGINAR ASSINANDO A SENTENÇA JUNTO COM O JUIZ, UMA VEZ QUE TODAS AS SUAS CONTRIBUIÇÕES ESTÃO PRESENTES NO PRODUTO FINAL PRESTADO AO CIDADÃO.

O momento presente do Poder Judiciário é muito profícuo. A informatização dos processos judiciais representa mais do que o incremento de uma ferramenta tecnológica. Representa, na verdade, transformação cultural profunda na Instituição.

Estamos imersos na sociedade do conhecimento, em que magistrados e servidores terão atividades cada vez menos mecânicas e cada vez mais pensantes e propositivas.

Se de um lado a sociedade do consumo nos remete a nos preparar para as demandas em massa, as soluções gerenciais devem nos preparar para a qualidade na prestação jurisdicional, para o acolhimento e o cuidado em cada caso, uma vez que a dignidade da pessoa humana precisa ser preservada e ampliada à luz do ordenamento jurídico-constitucional.

Foi nessa perspectiva de que as mudanças institucionais são oportunas se alinhadas aos

postulados já referidos, que foi possível nesta gestão a estruturação do Programa de Apoio Emergencial às Comarcas – PAE, que atende de maneira customizada cada unidade judiciária, partindo de uma ampla e profunda diagnose até o engajamen-

to dos magistrados e servidores para a reestruturação dos serviços judiciários.

Monitoramento estratégico

Noutro âmbito, mas complementarmente, a Portaria 3.299/2016 iniciou o Monitoramento Estratégico no âmbito do Gabinete da Presidência, através do Comitê previsto na referida norma, que irá facilitar à Presidência e aos demais Órgãos diretivos a percepção, não somente do todo do portfólio de programas, projetos e iniciativas estratégicos, mas também o exercício do cuidado para que a 'execução estratégica' esteja alinhada com o escopo de garantir o "valor Justiça" e o cumprimento de sua missão.



Renata Caldeira



Diálogo com públicos interno e externo é reforçado

O desembargador Pedro Bitencourt durante o 1º Encontro de Gestores com o Presidente, no Cine Teatro Brasil, na capital mineira

“Dentro da ideia de construção da governança judiciária, o diálogo institucional, envolvendo os diversos atores que compõem o público interno – desembargadores, juízes e servidores – torna-se fundamental para a construção de uma gestão mais democrática, assim como o diálogo com a sociedade como um todo – cidadãos, operadores do

direito, instituições públicas e privadas e a mídia, que cumpre papel importante na construção da reputação do TJMG junto aos diversos públicos.”

A reflexão é do superintendente administrativo adjunto do TJMG e superintendente da Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom), desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, e



Marcelo Albert

demonstra o espaço estratégico que a comunicação exerceu na atual gestão. Com a convicção de fortalecer a comunicação da Casa com seus diversos públicos, várias ações foram empreendidas.

Uma delas foi o evento Encontro do Presidente com Gestores, cujo objetivo é dar suporte à gestão da Casa, de maneira a aproximar a Presidência dos servidores

e envolver os gestores em um clima de comprometimento com as diretrizes da nova gestão.

Os dois primeiros encontros aconteceram no Cine Teatro Brasil, na capital mineira, em duas etapas, reunindo os gestores da capital, em 21 de outubro, e os do interior, em 24 de novembro, no ano de 2014. Mais de 2 mil servidores parti-

ciparam dos dois encontros. O resultado do questionário respondido pelos participantes revelou que os eventos foram bem-sucedidos, no sentido de contribuir para melhorar a visão dos colaboradores sobre a Casa e sobre a gestão.

Planejamento tem Dia D

Em 21 de março de 2015, o TJMG vivenciou um marco da comunicação de seu Planejamento Estratégico 2015-2020. Batizada de Dia D, a campanha consistiu na veiculação simultânea, em todos os setores e comarcas do estado, de informações sobre o Planejamento Estratégico, mobilizando magistrados, gestores, demais servidores e terceirizados para discutir o tema.

SMS, rádio TJ Minas e media training

Em setembro do ano passado, a administração abriu um canal de diálogo direto com os integrantes da instituição: o Fale com a Presidência, que funciona por meio de formulário próprio disponível na Rede TJMG. A atual gestão criou ainda o SMS TJMG, em novembro último. Também com o objetivo de ser um instrumento para informar e integrar as pessoas, fortalecendo, em especial, a comunicação com as comarcas do interior, entrou no ar, em março deste ano, a rádio TJ Minas. Ela opera em caráter experimental e é veiculada por meio da intranet (Rede TJMG).

Com foco na comunicação externa, investiu em um programa de *media training*, que visou preparar os porta-vozes da instituição para se comunicarem da melhor forma possível com a mídia. Desembargadores superintendentes de áreas e projetos, juízes auxiliares e juízes das áreas mais demandadas pela imprensa participaram da iniciativa, que teve duas edições, em novembro de 2014 e novembro de 2015.



PAE

Programa de Apoio **Emergencial** às Comarcas

Transformação

O programa tem como objetivo aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional na Justiça de Primeira Instância.

Produtividade

Nas comarcas de Águas Formosas e Raul Soares foram atendidas mais de 3,5 mil pessoas na edição do Pae, realizada entre os dias 25 e 28 de abril de 2016.

Gestão com pessoas

Por meio das boas práticas e iniciativas que o TJMG vem adotando, como os mutirões para julgamento dos processos, comarcas ganham um relevante auxílio.

Celeiro de criação: resultados da gestão participativa

Maria Lúcia de Oliveira, secretária Especial da Presidência

Celeiro de ideias e de criação. Assim funcionou o Gabinete da Presidência (Gapre) na gestão liderada pelo desembargador Pedro Bitencourt. Muitos projetos foram implementados a partir de reuniões intensas, com muitos debates, reflexões e estudos. Não foram raras as vezes em que as reuniões se estenderam até tarde da noite. A equipe, com a presença e a energia contagiante do presidente, esteve sempre motivada e empenhada em encontrar soluções para o aprimoramento da prestação jurisdicional. Como servidora há mais de 25 anos, considero-me privilegiada por ter participado deste momento histórico do Judiciário de Minas.

A relevante atuação dos juízes auxiliares juntamente com a atuação do desembargador superintendente administrativo adjunto, inovação desta gestão, foram um grande diferencial. Fazer parte desse corpo de criação, ter dividido com eles os desafios e as conquistas de cada iniciativa sinalizada pelo presidente, o gabinete trabalhando de forma sistêmica e com o necessário entrosamento e dedicação de todos, contando com o precioso auxílio da equipe de apoio do Gapre, foi experiência gratificante, cujos resultados podem hoje ser percebidos.

É claro que todas as administrações herdam experiências das outras. Não há como conceber o novo sem a coexistência com o antigo. A gestão profícua considera a relevância dos projetos bem-sucedidos já implementados e aqueles em andamento; valoriza, com humildade, o caminho já percorrido, alicerce para os novos im-

plementos que se sucedem a cada novo mandato.

As atividades desta gestão já começaram intensas quando da comissão de transição. Foram dois meses de muito trabalho, com uma verdadeira imersão no conhecimento sobre o Judiciário. O presidente, mestre em administração pública, já com alguma experiência administrativa dentro da instituição, trouxe sua vocação e seu conhecimento na área. Motivou, com seu entusiasmo e sua firmeza, diretores integrantes do Comitê Executivo, assessores, gestores e tantos colegas servidores em geral, conforme diversas manifestações positivas recebidas pelo canal “Fale com a Presidência”.

Penso que um dos grandes méritos do mandato do desembargador Pedro Bitencourt tenha sido jogar luz no planejamento. Embora o Tribunal de Justiça já adotasse o Planejamento Estratégico, ele passou a ser visto com novo e necessário enfoque, funcionando como realmente precisa funcionar: bem gerenciando as diversas ações norteadas pela identidade do TJ, que se traduz em sua missão, visão e valores institucionais, e amparado na máxima “não se gerencia o que não se mede”.

Desde o início, o presidente elegeu a Primeira Instância. Partindo da constatação de que é no primeiro grau de jurisdição que se encontram mais de 90% dos feitos em andamento e se verificam várias carências, as iniciativas priorizaram e permitiram maior efetividade no desempenho das comarcas. Essa ênfase é percebida pelas ações implementadas, como se pode constatar neste relatório.

Renata Caldeira



Além da gratidão pela confiança que o presidente depositou no meu trabalho, não só no primeiro momento, mas ao longo de toda a gestão, sinto-me feliz pela oportunidade de mais este aprendizado e de relevante atuação. Admiro a capacidade de gestão do desembargador Pedro Bitencourt e a sua determinação em promover melhorias para o Judiciário.

Faço votos de que a instituição persevere nesse caminho de dar ênfase à prestação jurisdicional, à sua finalidade maior, que é o pronto e eficaz atendimento às pessoas que buscam a justiça.

Criatividade, responsabilidade e compromisso com o interesse público

Desembargador Herbert Carneiro,
presidente eleito para o biênio 2016/2018



É justo reconhecer que o Tribunal de Justiça de Minas, na gestão do ilustre desembargador presidente Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, biênio 2014/2016, a despeito das dificuldades orçamentárias e financeiras decorrentes da crise econômica em curso, evoluiu em evidentes esforços para modernizar suas estruturas judiciais e administrativas, com magistrados e servidores mais valorizados, preparados e comprometidos com o aprimoramento da prestação jurisdicional.

A compatibilização do Planejamento Estratégico do Tribunal (missão, visão e valores) com um orçamento possível, o que, por certo, exigiu do gestor criatividade, responsabilidade e compromisso com o interesse público, possibilitou, com menos recursos, alcançar resultados institucionais visivelmente exitosos. Necessário reconhecer que a gestão do desembargador presidente Pedro Carlos Bitencourt Marcondes é mere-

cedora de registros de destaque nos anais da história de nosso Tribunal, sendo que, para isso, contou-se com a integração e a cooperação dos demais órgãos diretivos, dos órgãos pleno e especial, todos sensíveis às exigências por justiça de melhor qualidade.

Por pertinente, destaco, entre as várias ações da gestão 2014/2016, as seguintes: implantação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) social e ambiental; fortalecimento das estruturas da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj); avanço na implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe); criação e implantação do

cargo de juiz leigo; criação de vagas para estagiários de pós-graduação e contratação dos estagiários; programa Execução Fiscal Eficiente; Curso de Gestão Cartorária; criação e implantação de Turmas Recursais ex-

clusivas nos Juizados Especiais; construção, ampliação e reformas de prédios, inclusive do edifício-sede do Tribunal; criação e implantação do Programa de Apoio Emergencial às Comarcas; criação e implantação das audiências de custódia; todas essas atividades a merecer permanente avaliação de resultados, para, se for recomendado, serem continuadas e ampliadas. São essas apenas algumas das muitas iniciativas do Tribunal, na gestão 2014/2016, a demonstrar que o

A gestão do presidente Pedro Bitencourt é merecedora de registros de destaque nos anais da história de nosso Tribunal

trabalho foi intenso pelo aperfeiçoamento de nossa missão institucional.

Acresce-se a isso a reconhecida liderança do ilustre desembargador pre-

sidente Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, que não mediu esforços para fortalecer as boas relações institucionais de nosso Tribunal, em especial com os Poderes Executivo e Legislativo de nosso estado, com o Supremo

Gestão ficará marcada na história

Desembargador Carlos Levenhagen,
conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)



Renata Caldeira



Marcelo Albert

Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça, o que culminou com sua merecida eleição para o importante cargo de presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça. E mais, ele teve a sensibilidade necessária para reconhecer e efetivar direitos trabalhistas dos magistrados e dos servidores, considerando as relevâncias de suas atividades, tudo em consonância com as disponibilidades orçamentárias e financeiras de nosso Tribunal.

Por fim, são inegáveis as conquistas e os avanços alcançados na gestão de nosso Tribunal, biênio 2014/2016, sob a incontestável e eficiente liderança do desembargador presidente Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, de modo a exigir dos futuros gestores compromisso e dedicação para prosseguir na mesma linha de trabalho, como garantia de que esse caminho de bons resultados siga em frente e não permita retrocesso, para o bem da cidadania mineira.

Em outros tempos, assumir a Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais era forma de coroar a carreira do desembargador, que, dessa forma, atingia o ápice de sua vida profissional, a representar, quase sempre, uma vitória mais pessoal que institucional.

Tal realidade mudou substancialmente, a ponto de, atualmente, ser o exercício da Presidência mais relacionado ao ônus do que ao bônus do cargo.

Contribuíram para isso, em grande parte, as constantes demandas da modernidade, os reclamos dos jurisdicionados por uma Justiça mais célere, proativa e transparente. Também os movimentos corporativistas – infelizmente, no sentido negativo da expressão – tornaram mais árdua a missão de administrar o Poder Judiciário, confirmando, destarte, a máxima de que “governar é resistir”.

O desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes soube bem identificar esse momento, essa nova realidade, im-

primindo uma igualmente inovadora forma de enfrentar esse verdadeiro e inédito desafio.

Conheço o desembargador Pedro Bitencourt desde 1985 e, desde então, já identificava em sua personalidade os traços de liderança e capacidade de trabalho, os quais, durante seu mandato, acabaram sendo reconhecidos por todos quantos tiveram a oportunidade de acompanhar sua vitoriosa gestão frente ao Poder Judiciário de Minas Gerais.

O Poder Judiciário mineiro sai ainda mais engrandecido ao final de sua gestão, cujas conquistas e avanços certamente servirão de incentivo ao desembargador Herbert Carneiro, futuro e honrado presidente do conspícuo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, para orgulho e satisfação dos dedicados magistrados e servidores que compõem o Judiciário mineiro.

Parabéns, desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, sua gestão ficará marcada na história.

Uma gestão focada no planejamento

Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, superintendente administrativo adjunto

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais funciona como uma grande empresa. Das maiores, com mais de quinze mil funcionários, seiscentos e quarenta estabelecimentos, mais de vinte e três mil computadores e *notebooks*. Nosso produto, tão desejado por nossos clientes, é a prestação jurisdicional. E a demanda por esse bem da vida é crescente: atualmente, temos em tramitação seis milhões de processos.

Manter em funcionamento essa imensa máquina exige dedicação e esforço. E mais: demanda método, criatividade e, principalmente, planejamento. Embora não visemos ao lucro, como numa empresa comercial, o Tribunal tem a obrigação de ser eficiente, para prestar com qualidade a jurisdição, que é sustentada com os tributos pagos pelos cidadãos.

Exemplo: os juizados especiais, apesar do excelente trabalho desenvolvido – ou até por esse motivo – têm uma demanda crescente. Os recursos materiais e humanos, por outro lado, são finitos, ainda mais num quadro nacional de decréscimo da receita. O que fazer? Estudar, analisar, planejar, traçar uma estratégia de ação. Decide-se pela introdução do juiz leigo no sistema. Uma equipe se desloca para conhecer a experiência em outros estados. Discute-se a roupagem normativa, que é elaborada e aprovada pelos órgãos decisórios. Inclui-

se no orçamento o numerário necessário a fazer frente à nova despesa. Realiza-se o processo seletivo. E lá estão os juízes leigos prestando serviços nos juizados especiais.

Mas o chefe do Poder não é apenas um mero administrador; ao contrário, deve afirmar-se como um líder na defesa das prerrogativas e dos interesses do Judiciário.

Nas negociações com os demais Poderes, na aprovação de projetos e do orçamento anual é que se desenham as possibilidades e a futura execução das ações planejadas. Discutir, explicar, convencer, demonstrar a importância da prestação jurisdicional para o desenvolvimento econômico e social.

Atualmente, essa temática de convencimento também se estende aos órgãos de controle. As exigências são diuturnas, assim como os questionamentos dos atos da Administração. A transparência e a justificação são inerentes à era da informação.

No relacionamento com os demais Poderes e as instituições da sociedade civil surgem outras demandas. A difusão da informação criou cidadãos conscientes. E exigentes. O administrador não é apenas demandado pelo básico; pretende-se o melhor. E aí reside a dificuldade. Recursos finitos, de um lado; exigências ilimitadas, de outro. Essa equação, cujo difícil equilíbrio ainda é assombrado



Renata Caldeira

por cobranças internas, requer, além de firmeza no cumprimento das decisões já planejadas, ações inovadoras, que destoem do mantra há muito entoado – “mais cargos, mais comarcas, mais varas”.

Há comarcas vagas, com grandioso acervo de feitos pendentes de decisão, sem que exista juiz passível de designação? Instituiu-se o **Plano de Atendimento Emergencial**, focado no diagnóstico, no gerenciamento e na realização de mutirões, mediante o afastamento episódico de magistrados e servidores de suas atividades correntes, para atuação na comarca atendida. As ações de execu-



Criatividade



Planejamento



Valorização da instituição

ção fiscal entulham os cartórios, geram gastos desnecessários ao Poder Público e são ineficazes como método de arrecadação? Cria-se o Projeto Execução Fiscal Eficiente, com o estímulo à desistência dos processos por parte dos credores e à remessa dos títulos executivos a protesto.

Simples? Sim, pois a virtude está na simplicidade.

Ouvir, ouvir sempre, questionar, buscar práticas inovadoras, receber sugestões. O diálogo constante com os atores da cena judiciária é rico e traz ao administrador, em muitas das vezes, as soluções que não estão nos manuais de gestão. A administração democrática, participativa, aberta às críticas e às sugestões, pelos diversos canais de comunicação existentes, fortalece-se e se legitima.

Exemplo desse diálogo construtivo foi dado pelos juízes cíveis da comarca da capital. Pedidos instruídos e convincentes receberam o irrestrito apoio da Presidência. Competências de varas foram alteradas e uma central de cumprimento de sentenças viu-se instalada. Na reunião da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, incumbida regimentalmente de apreciar a pretensão, lá estavam os juízes, ao lado do presidente, explanando o projeto.

Explicar e convencer. Embora num regime que pode ser definido como presidencialista, a Administração do Tribunal


tem sólidos vínculos na colegialidade. O Tribunal Pleno e seu delegatário, o Órgão Especial, aprovam o planejamento e os projetos da instituição. Cabe ao Presidente, portanto, buscar a parceria dos demais desembargadores e convencer as esferas decisórias acerca da legitimidade das ações.

É nesse aprendizado diário que se desenvolve a Administração. E não se pense que tudo se fará em um biênio. Há sementes que brotam e logo dão frutos; outras ficam para o futuro, mas não deixam de ser importantes, seja para a colheita oportuna, seja como exemplo.


Se me pedissem, em uma única palavra, que falasse sobre o mérito da gestão do desembargador Pedro Bitencourt no Tribunal de Justiça, eu diria: planejamento. Passando ao largo de qualquer digressão acerca de técnicas de gestão, posso afirmar que planejar foi o mote do atual mandato, desde antes mesmo de seu início, na Comissão de Transição.

Orçamento atrelado ao planejamento, estabelecimento de metas, fixação de prazos, medição dos estágios, cobrança. Foi assim que o Processo Judicial Eletrônico foi implantado em todas as comarcas de entrância especial. Atualmente, cerca de 50% das ações cíveis distribuídas na Justiça Estadual mineira dispensam papel.

Finda-se uma gestão, inicia-se outra. É assim, na democrática alternância,



Foco no Interesse público



que se funda a continuidade desta centenária instituição. Os exemplos dos que passaram são o espelho desse aprendizado perene que é gerir um dos maiores Tribunais de Justiça do país.

Na função de superintendente administrativo adjunto, tive a oportunidade de atuar ao lado do presidente Pedro Bitencourt, auxiliando-o na gestão diária deste órgão. Retorno à jurisdição plena com a certeza de que a semente foi plantada: planejamento, continuidade, projetos, foco no interesse público, valorização da instituição, diálogo e comunicação. O sucesso de qualquer administração de Tribunal de Justiça é o atendimento ao anseio do jurisdicionado: justiça célere e eficaz, mediante sentença ou acordo. E ponto final.

Cineclube TJ estimula reflexão por meio de clássicos do cinema



Luzes se apagam no auditório do anexo 2 da Unidade Goiás, na capital. Poucos minutos depois, o espaço ganha vida. A Grécia, uma paisagem rural japonesa ou a Suécia do cineasta Ingmar Bergman dominam o espaço. O som mistura trilhas memoráveis a idiomas diversos, mas a linguagem dominante ali, o cinema, bem como os temas tratados nos filmes são universais.

A cena descrita ao lado – para usar uma linguagem apropriada à da sétima arte – se repete nas últimas quintas-feiras de cada mês. É o *Cineclube TJ*, que une a exibição de obras marcantes da história do cinema à discussão de alto nível sobre os temas abordados pelos filmes. O momento é de descontração para o público interno do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), de difusão e valorização da cultura e de muita reflexão.

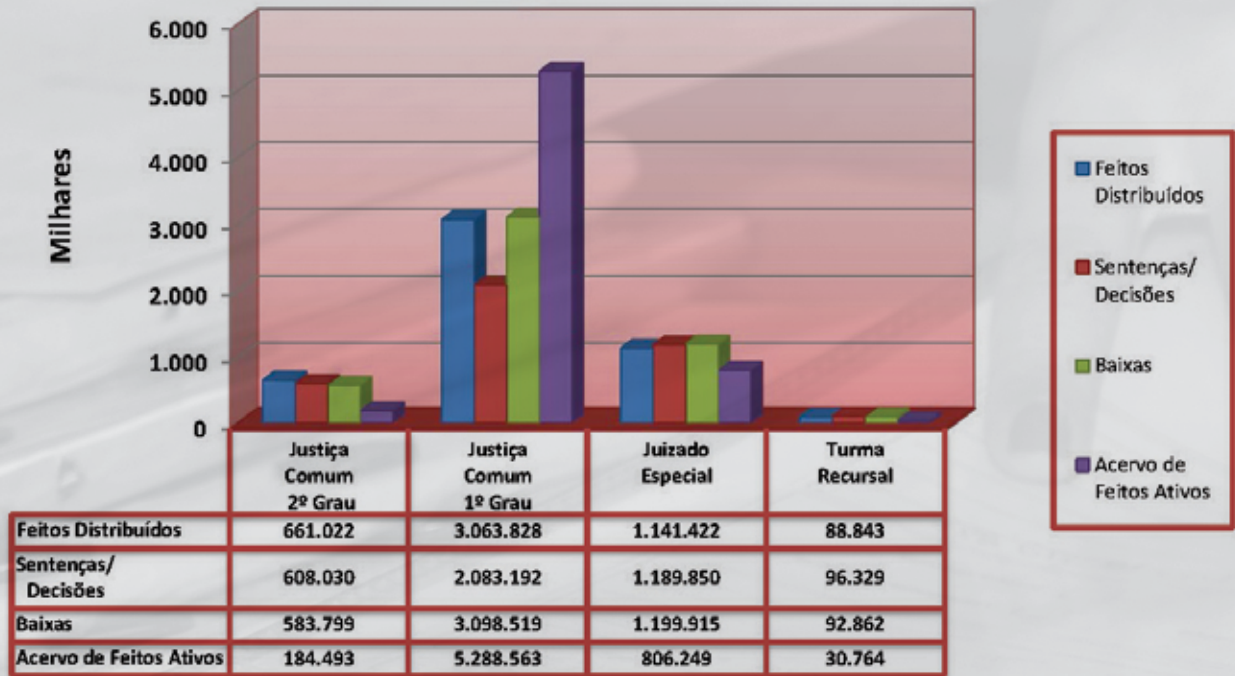
O *Cineclube TJ* foi um projeto que existiu na Casa de 2003 a 2010, tendo sido desativado com o falecimento do desembargador Sérgio Braga, um apaixonado pelo cinema e profundo conhecedor da sétima arte que coordenava o projeto desde seu surgimento. Em outubro de 2014, o Tribunal mineiro decidiu relançar o projeto.

Para marcar a volta do Cineclube TJ, em grande estilo, foi escolhido o filme *Um Lugar ao Sol*, que trata de importantes questões ligadas ao direito penal presentes no cotidiano forense. Apresentando o filme e coordenando os debates, estava o professor de direito penal Hermes Vilchez Guerrero, da Faculdade de Direito da UFMG.

Desde então, foram mais de dez exibições: de filmes de diretores como o japonês Akira Kurosawa, com o seu emblemático *Dersu Uzala*, a Cidadão Kane, de Orson Welles, passando por *Gilda*, que eternizou a atriz Rita Hayworth como um mito do cinema, *Morangos Silvestres*, de Ingmar Bergman, e *Doze Homens e uma Sentença*, de Sidney Lumet, entre outras pérolas do cinema mundial. A coordenação está a cargo do juiz Magid Nauef Láuar.

Judiciário de Minas em números

Julho de 2014 a Março de 2016



Inclusos os processos eletrônicos do PJe e do PROJUDI

**Justiça Comum de 1º grau,
Juizado Especial e Turma Recursal:
baixas superam a distribuição de feitos**

**Juizado Especial:
quantidade de julgamentos supera a distribuição**

**Justiça Comum de 2º grau:
92 decisões para cada 100 processos distribuídos**

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente

Desembargador Pedro Bitencourt Marcondes

1º Vice-Presidente

Desembargador Fernando Caldeira Brant

2º Vice-Presidente

Desembargador Kildare Carvalho

3º Vice-Presidente

Desembargador Wander Marotta

Corregedor-Geral

Desembargador Antônio Sérvulo

Ouidor

Desembargador Moacyr Lobato

Expediente

Assessoria de Comunicação
Institucional - Ascom

Coordenação

Sidneia Simões

Redação e Edição

Daniele Hostalácio, Sidneia Simões e
Vanderleia Rosa

Revisão

Patrícia Limongi

Design Gráfico

Shirley Moraes

Impressão

GlobalPrint Editora Gráfica Ltda

Tragem 2.500 exemplares

“Para sobreviver
e ter sucesso, cada
organização tem de se
tornar um agente da
mudança. A forma mais
eficaz de gerenciar a
mudança é criá-la.”

Peter Drucker